



# Anais da Assembléia

Nº 29

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA  
ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1983  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Caíto Quintana.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Quielse Crisóstomo (47); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Antônio Anibelli, Donato Gulín, Eduardo Baggio, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Péricles Pacheco (10); e em licença Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E:

### Emenda:

#### EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo único — O Art. 11, ad Constituição Estadual passa a vigorar com o seguinte § 3º:

“Art. 11 — ... ..

§ 3º — O Deputado afastado da Assembléia Legislativa para desempenhar função mencionada neste artigo, poderá optar pela percepção integral de sua remuneração ou pela retribuição do cargo em comissão”.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a)a) Nilso Sguarezi, Gernote Kirinus, Ferrari Júnior, Roberto Requião, Edgar Pimentel, Rubens Bueno, Nestor Baptista, Wander Wanderer, Amélia Hruschka, Eduardo Baggio, Acir Mezzadri, Fiori Luiz, Dirceu Manfrinato, Sabino Campos, Sérgio Spada, Luiz Alberto de Oliveira, Tadeu Lúcio Machado, Tadeu França, Edmar Luiz Costa, José Antônio Fonseca, Anibal Khury, Odeni Mongruel, Orlando Pessutti, Tércio Albuquerque, Márcio Almeida, Gabriel Manoel, Artagão de Mattos Leão, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Paulo Furiatti.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ARNO RAVACHE, ocorrido no dia 3 (três) próximo passado, na cidade de Nova Londrina.

ARNO RAVACHE, era casado e deixa profunda consternação a seus familiares, como também ao seu numeroso círculo de amigos, pois sua marcante personalidade irradiava serenidade e confiança às pessoas.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da casa à família enlutada, à Avenida Londrina, 783, Nova Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Deni Schwartz, Secretário dos Transportes, no sentido de determinar o asfaltamento do Terminal Rodoviário e ruas adjacentes do Município de Nova Cantu, conforme da justificativa apresentada pelo Vereador Senhor Mauri Schuh, em anexo.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a sua mais firme e mais irrestrito apoio à Prefeitura Municipal de Campo Mourão, no que respeita ao atendimento das reivindicações contidas em documento encaminhado ao Poder Executivo, do qual constam, discriminadas por Secretaria de Estado, as medidas que sanariam as necessidades mais urgentes da região.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

### JUSTIFICATIVA:

O Desenvolvimento acelerado de Campo Mourão e de sua região de influência, vem exigindo, cada vez com maior intensidade, medidas que lhe permitam prosseguir em sua caminhada de progresso, ultrapassando o ponto de estagnação provocado pelas deficiências em uma infra-estrutura adequada.

O documento apresentado ao Senhor Governador consubstancia uma série de medidas urgentes, discriminadas por Secretaria de Estado, que seriam indispensáveis para que o município demonstre todas as suas potencialidades, contribuindo, de maneira decisiva, para a maior riqueza de nosso Estado e, conseqüentemente, do País.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

seja encaminhado a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, sugestão no sentido de ser criado um grupo de trabalho, integrado por representantes desta Casa, Técnicos Administrativos e Técnicos do Setor Financeiro, com o objetivo de estudar a viabilidade da criação da CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

O crescente desenvolvimento de nosso Estado, está a exigir a criação da Caixa Econômica Estadual do Paraná, nos moldes dos já existentes em outros Estados da Federação.

Poderemos citar, entre outros, alguns objetivos que viriam justificar plenamente a nossa sugestão:

- Incentivar a poupança e remuneração adequada dos depósitos das classes menos favorecidas;
- Criação de mais instrumentos para aplicação no Estado da poupança gerada no Paraná;
- Apoio ao Sistema Financeiro Estadual;
- Aplicação dos recursos nas regiões mais pobres do Estado;
- Atendimento a uma faixa da população com menor poder aquisitivo;
- Relacionamento e cooperação com o Banco de Estado do Paraná e suas subsidiárias.

Para se ter uma idéia da possibilidade da criação da referida casa de crédito, informamos que o volume de depósitos em Cadernetas de Poupança na Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), em março de 1983, foi de aproximadamente de mais de Cr\$ 417.000.000,00 e o volume de depósitos somente no Estado do Paraná, em novembro de 1982, foi de Cr\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros) e o volume de operações de créditos em nosso Estado foi de Cr\$ 374.350.000,00 (trezentos e setenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta mil cruzeiros).

A criação da Caixa Econômica Estadual do Paraná irá captar recursos em Cadernetas, Depósitos em Conta Correntes, Depósitos a Prazo; Receitas de Cobranças para o Setor Público e Privado etc. ...

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor JOSÉ GOMES DO AMARAL, DD. Diretor da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, solicitando seja instalado, com a máxima brevidade possível, um Armazém Graneleiro no Município de Capitão Leônidas Marques, no Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

É fato público e notório, estatisticamente comprovado, que o Paraná fechará a safra de 82/83 com aproximadamente 23 milhões de toneladas de cereais, ou seja, mais de 30% da produção nacional.

O Município de Capitão Leônidas Marques, situado no sudoeste do Estado, região agrícola por excelência, contribui com parcela considerável dessa produção, com extensas lavouras constituídas de soja, trigo, milho, feijão e outros cereais, ressentindo-se, todavia, da falta de um local adequado para estocar a colheita até o momento de sua colocação no mercado consumidor.

Já vêm de longa data as aspirações dos produtores da região, no sentido de que se instale naquele município um Armazém Graneleiro, para atender os anseios dos agricultores, não só de Capitão Leônidas Marques, como

também dos municípios vizinhos, a exemplo de Boa Vista da Aparecida, a fim de evitar-se quebra e perda dos produtos colhidos, no caso de más condições do tempo, até que esses produtos possam ser comercializados.

Temos certeza de que essa companhia, cujo objetivo sempre foi valorizar o trabalho do produtor rural e incrementar o setor agrícola, no sentido de aumentar as divisas nacionais, não medirá esforços visando o atendimento imediato da presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando, através da Comissão competente, a inclusão do Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, Município de Campina da Lagoa, criado pela Lei nº 7.116, de 17/04/79, como Distrito Judiciário, na nova proposta desse Poder, da Organização e Divisão Judiciária do Estado.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A justificativa e o merecimento de tal solicitação estão exarados na monografia cuja cópia anexamos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de determinar a abertura de uma estrada pavimentada ligando Catanduvas com Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento, visto que, a região a ser servida pela nova estrada em pauta, irá beneficiar e diminuir em muito no escoamento agrícola, visto que, com a construção da nova rodovia o trecho terá aproximadamente 45 quilômetros menos da atual rodovia existente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, usando suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que as envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, solicitando isenção de ICM e IPI, às Prefeituras que adquirirem veículos a álcool e máquinas nos moldes da isenção concedida aos taxistas do País.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Os municípios do Estado do Paraná, como todos os municípios brasileiros se encontram em estado de completa penúria, suas fianças estão depauperadas e os mesmos não podem na prática se manterem com suas receitas, nem mesmos com as transferências de outros poderes públicos e enquanto não vem a tão decantada reforma tributária é necessário que se tome medidas que venham amenizar a situação angustiante em que se encontram. Todos sabem que os veículos e o parque de máquinas das prefeituras do País estão completamente obsoletos, necessitando de completa remodelação com a aquisição de outros veículos, sendo assim, nada mais justo seria estender aos moldes dos táxis a isenção do IPI e ICM aos mesmos para que eles possam cumprir as suas

finalidades para com suas comunidades.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, sejam indicados Parlamentares, com a finalidade de representarem esta Casa no XVI CONGRESSO NACIONAL DOS S.O.S., a ser realizado nos dias 23 e 24 do corrente mês, na cidade de Bandeirantes, de acordo com a Programação anexa, sem onus para os cofres desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado, através do Excelentíssimo Senhor Governador, veemente apelo à Secretaria de Estado da Segurança, para que seja reforçado o policiamento nos Balneários de Matinhos e, principalmente Caiobá, coibindo-se assim a atividade de marginais que vem ali praticando inúmeros arrombamentos.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

#### JUSTIFICATIVA:

Os balneários de Matinhos e, principalmente Caiobá, vivem quase que exclusivamente do turismo que, fora de temporada, se restringe aos fins de semana.

Os proprietários de residências nestas praias vem sendo, com uma frequência crescente, vítimas de arrombamentos, alguns que têm causado prejuízos de bastante vulto.

Tratando-se de um local onde a população é preponderantemente flutuante e onde as propriedades ficam, na maior parte do ano desocupadas, necessário se faz, o apoio policial que coíba os abusos freqüentemente observados e que deixam os proprietários de imóveis naqueles balneários, em constante sobressalto.

Vale ressaltar que, sem a concessão de medida pretendida, nosso litoral sofrerá, a curtíssimo prazo, um esvaziamento tal que acarretará inestimáveis danos aos municípios de nossa orla marítima, com conseqüente desvalorização dos imóveis e inevitáveis prejuízo à arrecadação municipal.

Por outro lado, o onus da implantação de um melhor serviço policial, será perfeitamente suportado pela inversa ocorrência da valorização das propriedades, aliada à tranquilidade de que tanto está a merecer a nossa população.

Alie-se a tudo isso, a garantia que receberá a população permanente desses balneários, que poderá, novamente, contribuir para o progresso constante das localidades.

A medida ora proposta, seria atendida de uma maneira satisfatória, com a criação de uma sub-delegacia de Polícia em Caiobá.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário do Interior, encarecendo seja urgenciada a conclusão dos serviços de implantação do sistema de água no Distrito de Aparecida D'Oeste, Município de Tuneiras do Oeste, tendo em vista estar a população local prejudicada com má qualidade da água dos poços construídos pelos próprios consumidores.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que e este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador, reivindicando a destinação de ônibus para o atendimento a escolares integrantes de famílias carentes de São Jorge do Patrocínio e de Turvo.

Esta reivindicação do povo dos recém-criados municípios se prende a notícias de que está em andamento um programa de apoio à Prefeitura através da entrega de micro-ônibus, tendo já sido destinados 36 veículos, conforme a imprensa divulgou.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário da Cultura e Esportes, solicitando os estudos que se fazem necessários com vistas a ser assegurado pelo menos dois dias por mês, para apresentações, a preços populares de ingressos, no grande auditório do Teatro Guaíra, de conjuntos corais paranaenses e brasileiros, sem onus para os mesmos, como forma de estimular a cultura do canto sacro e popular.

Esta sugestão se prende ao fato de terem sido registrados notáveis sucessos de associações corais, ocorrendo até lotação completa, conforme memorável apresentação recente do renomado Coral Carlos Gomes do Instituto Adventista de Ensino.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de que, após estudos efetuados pela Secretaria de Estado da Educação, a votação para a formação da lista tríplice, que irá indicar os nomes a serem escolhidos para a direção dos estabelecimentos pertencentes à rede estadual de ensino, seja fixada para dia 01 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA - ROBERTO REQUIÃO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente apelo se prende ao fato de que uma medida de tal importância, que irá determinar os rumos da administração dos estabelecimentos de ensinos estaduais, por um prazo de dois (02) anos, merece uma carinhosa preparação em sua aplicação e um acurado estudo em sua regulamentação, visando-se, primordialmente, as elevadas metas a serem atingidas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Convite ao Dr. OTO LUIZ SPONHOLZ, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, a fim de que o mesmo profira Palestra na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, apresentando sugestões para proposta da revogação do Art. 20 da Lei 7.567, de 08.01.82.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência ao Dr. Oto Luiz Sponholz.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado às autoridades acima enumeradas, expondo os problemas enfrentados pelo setor da Construção Civil do Paraná com a falta de obras financiadas pelos citados órgãos, originando um clima de insegurança para a classe, bem como uma onda de desemprego que já se faz sentir em várias importantes cidades do Estado.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

A retração do mercado imobiliário tem criado terríveis problemas para as empresas do ramo e uma onda desenfreada de desemprego em várias cidades do Paraná.

Para se ter uma idéia, citamos dados oficiais fornecidos pela Associação dos Empreiteiros de Obras Públicas do Paraná (REGIONAL DE MARINGÁ) e Associação dos Engenheiros de Maringá.

Na cidade de Maringá, no setor, a coisa está caminhando da seguinte maneira no que se refere ao desemprego, pela falta de perspectivas de obras em conjuntos habitacionais e outras obras públicas federais e estaduais.

Em setembro de 1982 o setor oferecia 7.600 empregos diretos e 2.100 empregos indiretos.

Em 30 de março de 83, 6.000 empregos diretos e 2.000 empregos indiretos — diferença, 1.700.

PREVISÃO PARA JUNHO DE 83 — 3.000 empregos diretos e 1.500 empregos indiretos.

Como se observa, a onda de desemprego foi simplesmente violenta e tende a aumentar.

De setembro de 82 a junho de 83 poderemos ter perdidos: 4.600 empregos diretos e 600 indiretos.

Além desses argumentos de origem social é bom que se observe também que há um grande desestímulo entre o empregado do setor, o que se transforma em motivos de preocupações, acredito, para os governantes.

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

Obedecidas as formalidades regimentais, requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Casa das notas emitidas nos dias 29 de março e 4 de abril próximos passados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e que tratam das relações entre profissionais da imprensa e autoridades do governo estadual.

Requeiro, ainda, que se dê ciência do presente ao jornalista Desidério Peron, presidente do Sindicato dos Jornalistas

Profissionais do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, solicite envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, ligação asfáltica entre os Municípios de Cascavel e Tupãnsi, passando pelas localidades de Espigão Azul e Jota Esse.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

A pavimentação dessa estrada ligando esses municípios eminentemente agrícolas é um sonho acalentado há mais de cinco anos pelos produtores rurais e cooperativas agrícolas, viabilizando a colocação no mercado comprador das safras oriundas dessas áreas em tempo capaz de permitir pronto atendimento aos anseios da população produtora.

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, pedindo empenho e urgência na pavimentação da estrada que liga Cascavel a Boa Vista da Aparecida, passando pelas localidades de São Salvador, Rio do Salto e Juvínópolis.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Boa Vista da Aparecida não possui nenhuma ligação asfáltica e enfrenta enormes dificuldades no escoamento da sua abundante produção agrícola.

O traçado da estrada, servindo os Distritos de Rio do Salto e Juvínópolis, alcança dimensão maior e vem de encontro a centenas de lavradores e pecuaristas que constroem parte das riquezas da produtora região do Oeste do Estado.

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que sejam enviados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; ao DD. Sr. Presidente do Instituto de Terras e Cartografia - ITC; ao DD. Sr. Presidente da ACARPA no Paraná, e ao DD. Sr. Delegado do Ministério da Agricultura no Paraná, para que tomem as providências que lhes cabem no caso dos posseiros da "Fazenda Padroeira do Brasil", localizada no Município e Comarca de Matelândia - PR.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) JOSÉ A. FONSECA

#### JUSTIFICATIVA

1 -PRECEDENTES -- O Município de Matelândia, à semelhança dos demais que compõem as regiões Oeste e Sudoeste do Estado, tem a história do seu desbravamento marcada por incidentes gravíssimos na área rural, que muito atrasaram o seu desenvolvimento agrícola. Os agricultores, que só sabem cultivar a terra, ali se radicavam, e quando estavam com suas acomodações feitas e suas áreas de cultivo produzindo o sustento de suas famílias, eram surpreendidos com ações as mais diversas, de parte de detentores de títulos dominiciais, vindos das mais distantes

regiões do País, as quais quase sempre degeneravam em brigas entre os posseiros e os jagunços que eram trazidos por esses proprietários. E isso formou um círculo vicioso que culminou com guerrilhas rurais de sérias repercussões;

2. — No Sudoeste do Estado, o saudoso Presidente João Goulart resolveu essa situação, com a criação do GETSOP que se destinava a regularizar as propriedades rurais, a partir de desapropriações das “campanhas de colonizações”, e de titulações de todos os ocupantes dessas terras, que preenchessem o binômio de MORADA e CULTIVO da terra; orientação que foi seguida pelo INCRA que substituiu o IBRA;

3 — Assim foi desapropriada a “Colônia Guairacá”, que concentrava os maiores núcleos de distúrbios rurais da Região Oeste; posteriormente a “Colônia Rio Quarto” e vários outros aglomerados dominícios. Entretanto, resta ainda, a denominada “Fazenda Padroeira do Brasil”, sobre a qual, pesam as mais diversas acusações, ao ponto de até investigações militares terem sido feitas sobre as denúncias de que ali era praticada a “escravidão branca”.

4 — Apesar de tudo, essa área continua detida por um estrangeiro em briga com o seu próprio filho, Pedro Minolli, e ali, os mais graves distúrbios estão acontecendo, repetindo-se aquela antiga situação de “jaguncismo” contra os trabalhadores rurais. Urge pois, que os setores responsáveis do Poder Público a quem cabe a averiguação e soluções desse problema tomem providências imediatas em favor daqueles agricultores. Pois, não é prudente que as incidências sociais da área urbana eclodidas em São Paulo e Rio de Janeiro, venham a somar-se com a intranquilidade do meio rural, já suficientemente fortalecida pelas dificuldades por que passam todas as classes trabalhadores e produtoras deste País.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que sejam enviados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, Excelentíssimo Senhor Presidente da SANEPAR, solicitando a ampliação do sistema de água no Município de Missal.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) JOSÉ A. FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

O recém criado Município de Missal é abastecido pelo sistema da SANEPAR, no entanto, a mesma não tem suprido a contento a população, gerando grande revolta; daí a necessidade da ampliação do sistema no sentido de melhorar o atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações à ADUEL, Associação de Docentes da Universidade Estadual de Londrina, pela promoção do I fórum de debates da UEL (19 a 23 abril de 1983).

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

A crise da Universidade brasileira vem preocupando todos os segmentos da sociedade. No Paraná, as Universidades Estaduais

enfrentam obstáculos para o planejamento regular das suas atividades. É sabido por todos a difícil situação financeira vivida pelas três Universidades Estaduais, com déficits crescente nos seus orçamentos.

A Universidade Estadual de Londrina enfrenta, além de tudo, as consequências de anos de autoritarismo e despotismo na sua administração, com prejuízos sensíveis no ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidades. Não foi à toa que se instalou na legislatura passada uma CPI para investigar os desmandos da Reitoria daquela Universidade.

Agora, estimulados pelos ventos democráticos que avivam a consciência e o ânimo dos paranaenses, os professores, alunos e funcionários da UEL se propõem a realizar um diagnóstico completo da sua instituição, apontando suas deficiências e estabelecendo diretrizes destinadas a saná-las, bem como reforçar seus aspectos positivos.

Nada mais justo, portanto, do que a manifestação de congratulações por parte da Assembléia Legislativa do Paraná a esta iniciativa da ADUEL, que cumpre na prática seu legal papel de força democratizadora da vida comunitária paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário; a constituição de uma Comissão Especial para representar a Assembléia Legislativa do Paraná durante a realização do I fórum de debates da UEL no período de 19 a 23 deste mês da cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Há pouco mais de dois anos desta Casa instalou uma CPI para averiguar os desmandos existentes por parte da Reitoria da UEL. Infelizmente os trabalhos daquela comissão foram obstaculizados pela reputação do PDS, detentores então da bancada majoritária. Reprovam hoje nos arquivos da Casa os autos daquela CPI que resultou em conclusa.

Hoje, quando os professores, alunos e funcionários da UEL tomaram a iniciativa, coordenada pela Associação de Docentes da UEL, de realizar um amplo dispositivo das dificuldades da instituição, nada mais oportuno que a Assembléia Legislativa do Paraná se faça representar no evento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo o expediente recebido do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Araruna, consubstanciado em moção de apelo daquela edilidade, à Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, no sentido de ser dada ajuda financeira àquela comuna paranaense, conforme os termos da justificativa apresentada pelos Vereadores, aprovada por unanimidade em reunião de 04/04/83.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### Indicações:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Em nome da Bancada do PDS, indico os nomes dos Senhores Deputados Tércio Albuquerque e Gabriel Sampaio,

na condição de efetivos, Luiz Alberto de Oliveira e Quielse Crisóstomo na condição de suplentes, para comporem a CPI DAS DEMISSÕES DO FUNCIONALISMO.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA  
Líder do PDS

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do PMDB, indica os Srs. Deputados Artagão de Mattos Leão e Osvaldo de Alencar Furtado, para comporem a Comissão Especial visando de antemão, o desemprego no Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 26/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em Fundação Estadual a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão - FUNDESCAM, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Parágrafo único — A Fundação Estadual passará a denominar-se “Fundação Estadual de Ensino Superior de Campo Mourão”, permanecendo com a atual sigla “FUNDESCAM”.

Art. 2.º — A natureza jurídica, regularidade tributária e previdenciária e demais requisitos legais da Fundação, serão os mesmos estabelecidos nos Estatutos da Fundação de Direito Público — FUNDESCAM, aprovados pela Lei Municipal nº 191 de 24/04/78 e Decreto Municipal nº 36/78, de 24/04/78 do Poder Executivo Municipal de Campo Mourão.

Art. 3.º — As formalidades legais para a efetivação da Fundação como entidade de Direito Público Estadual, serão estabelecidas através de Decreto Governamental, a ser baixado 120 dias, após a publicação desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Mourão é um dos municípios que vem apresentando na atualidade um dos maiores surtos desenvolvimentistas no cenário estadual. O progresso que vem apresentando não se efetiva somente no setor sócio-econômico como também no setor educacional e cultural. Tal evolução tem bases na capacidade laboriosa da sua população que vem se conscientizando, paulatinamente face ao potencial ali existente e gerador de toda desenvoltura de suas faculdades, o que o tem destacado não só frente ao povo paranaense como também ao povo brasileiro.

Para a sustentação deste progresso, alcançado graças ao espírito dinâmico e laborioso de seu povo, justo é que o Poder Público o embase com estruturas firmes para que o mesmo não venha sofrer solução de continuidade. Principalmente, no setor educacional essa sustentação deve ser efetivada, pois dela emanarão todos os suportes para que os demais setores se auto-determinem numa dinâmica efetiva e profunda que se perpetuarão na geração de linhas diretas para a sua implantação.

É neste sentido que estamos apresentando o presente plano de lei autorizando o Poder Executivo a transformar

a Fundação Municipal de Ensino Superior de Campo Mourão em Fundação Estadual.

A fotocópia do Parecer nº -064/82, do Conselho Estadual de Educação no processo nº 219/82, da Fundação, bem esclarece as condições ali existente e que comportam plenamente a sua transformação em Fundação Estadual.

Com isso esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 27/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Mourão o imóvel de propriedade do Estado constituído do prédio localizado no Distrito de Farol, onde funcionava o Grupo Escolar Afonso Botelho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

O imóvel que se pretende seja doado ao Município de Campo Mourão, é constituído de um prédio que foi construído pelo Estado em terreno da Prefeitura Municipal localizado no Distrito de Farol, para o funcionamento do Grupo Escolar Afonso Botelho.

Atualmente o prédio está desativado e em completo abandono.

É intenção da Prefeitura Municipal de Campo Mourão, restaurar aquele imóvel e ali instalar a Sub-Prefeitura naquele importante Distrito de Campo Mourão.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza contará com o total apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 28/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — O Art. 12 da Lei nº 4.335 de 20/01/61, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 — Fica assegurado aos Funcionários Estatutários do Departamento da Imprensa Oficial do Estado - DIOE, que contarem com mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviços, em função gráfica, aposentadoria integral, respeitado o tempo de “para todos os efeitos legais”.

Art. 2.º — Ficam revogadas as expressões “nº 4.335, artigos 9.º e 12 de 20/01/61”, constantes do Art. 95 da Lei nº 4.544 de 31/01/62.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

Com a presente redação pretendemos restabelecer um direito que sempre existiu ao pessoal estatutário que compõe os quadros de funcionários do Departamento de Imprensa Oficial do Estado. O benefício que se pretende seja restabelecido, já é concedido ao quadro de funcionários daquele Departamento de Imprensa Oficial, regido pela CLT. Assim está sendo cometido uma odiosa

discriminação dentro de funções iguais, numa mesma autarquia do Estado. A aposentadoria para os que exercem funções gráficas, pela Consolidação das Leis do Trabalho, face à insalubridade é concedida em termos especiais aos 25 anos de serviços. O que estamos pretendendo com o presente plano de lei, é estender tal benefício aos funcionários da DIOE que são regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos e que já era previsto pela Lei 4.335 de 20/01/61.

# PROJETO DE LEI Nº 29/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MÃES DE PRANCHITA”, com sede no Município do mesmo nome e foro na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste - PR.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA:

A documentação em anexo, comprova plenamente que a “Associação Beneficente de Mães de Pranchita” preenche os requisitos legais necessários à sua declaração de utilidade pública, eis que possui personalidade jurídica e está em efetivo funcionamento, prestando desinteressadamente serviços à coletividade, desde a sua fundação, em 16.12.80.

Acresce ressaltar que a Associação não distribui dividendos ou gratificações a seus associados e os cargos de sua Diretoria são exercidos sem qualquer remuneração.

A presente iniciativa, além de inserir a entidade no rol legal do reconhecimento público, significa também um aplauso e incentivo ao muito que a Associação vem realizando e certamente continuará no âmbito da benemerência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, primeiro orador inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela ordem) — Em nosso nome pessoal, em nome da Deputada Amélia Hruschka, sentimo-nos honrados com a presença de todos os Vereadores da Câmara Municipal de Mariluz: seu Presidente, Francisco Inácio Leite, Orlando Rosa, Adonias José Dias, José Pereira de Oliveira, Luiz João Damasceno, José Joaquim dos Santos, João Peres, Ayres Domingues e Paulo Igashi, além do Prefeito Municipal Joaquim Lopes Gutierrez e o Presidente do PMDB, Manoel Neto de Lima.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita a Vossa Excelência que faça chegar o nome dos nossos ilustres convidados até esta Mesa.

Com a palavra, o Sr. Deputado Paulo Furiatti, no Pequeno Expediente.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A respeito do anteprojeto de lei sobre o nosso regime a ser aplicado às Universidades Federais, solicito transcrição nos Anais, da análise feita pela Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, em assembléia do dia 12 de abril.

(Lê): “ANTEPROJETO DE LEI SOBRE O NOVO REGIME A SER APLICADO ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS:

Análise feita pela APUEPR, em Assembléia realizada em 12/04/83, no Centro Politécnico.

Os professores das Universidades Públicas Brasileiras, no final do ano passado, paralisaram suas atividades como recurso extremo de se contraporem aos intentos do MEC para implantar, por Decreto-Lei, as chamadas “pré-condições” para a reestruturação da Universidade, consubstanciadas no que se denominou “orçamento global” e “desvinculação do DASP”.

Na época, o movimento docente considerou estas pré-qualificações como caminho para transformar as universidades federais autárquicas em fundações, liquidando de vez os 25% do ensino superior público no Brasil.

Nesse sentido, o presente anteprojeto de lei é totalmente inaceitável pela comunidade universitária brasileira pelas razões adiante expostas.

Repete este anteprojeto as malfadadas pré-condições constantes dos Avisos 473 e 474 do MEC. A não aceitação destas “pré-condições” constou da pauta de reivindicações do movimento docente, durante a última greve das universidades autárquicas, a qual só chegou ao fim diante do compromisso escrito assinado pela Excelentíssima Senhora Ministra Ester de Figueiredo Ferraz (conforme Carta do Presidente da ANDES) nos seguintes termos quanto à reestruturação:

“(…) que o projeto seria tratado de maneira global, não mais se destacando as pré-condições, e que alguns pontos dos Avisos nºs 473 e 474 estariam já superados, como por exemplo a perda do reajuste semestral das fundações, Garantiu a participação da comunidade comunitária em todo o processo e que o projeto final seria enviado ao Congresso Nacional, sob a forma de projeto de lei, a ser votado, e não de decreto-lei.

Por outro lado, o anteprojeto inexplicavelmente não contempla nenhuma das sugestões contidas no documento sobre a reestruturação da Universidade, elaborado pela ANDES e encaminhado ao MEC, documento este que foi fruto de uma ampla e demorada consulta ao conjunto dos docentes de todas as universidades do País.

É neste sentido que o presente anteprojeto surpreende os professores, na medida em que regionaliza as Universidades, alterando a “ordem administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar”, reduzindo a reestruturação da universidade à questão de orçamento e administração de pessoal como se outras questões básicas, motivo das lutas reivindicatórias do movimento docente — entre as quais destacamos: a democratização do poder de decisão, a garantia de uma carreira docente unificada e da estabilidade funcional, bem como a questão do ensino público gratuito e de mais verbas para a educação e pesquisa — não devessem acompanhá-la.

Quanto à carreira docente, o presente anteprojeto — se transformado em lei — liquida com a isonomia salarial. Mesmo o MEC garantindo os salários inicial e final da carreira (art. 3º), a possibilidade de gratificação (prevista no art. 18) abre espaço para a queda da isonomia salarial em todos os níveis.

Além disso, o fato de as gratificações não serem incorporadas ao salário diminuirá sensivelmente os proventos da aposentadoria.

Quanto aos regimes de trabalho, estes ficam pelo anteprojeto sob a total responsabilidade das universidades, não se garantindo as conquistas do magistério superior, especificamente a dedicação integral e exclusiva que tem significado um grande avanço para a profissionalização docente e para a melhoria do ensino e pesquisa nas IES brasileiras.

O art. 17 estabelece limite de gastos com o pessoal, abrangendo dois períodos orçamentários. É de se perguntar como as universidades irão proceder quando faltar recursos a partir de um determinado mês face à inflação galopante que assola este País e ainda o disposto no art. 12 do anteprojeto



(que impede ônus adicional ao Tesouro Nacional)?

O anteprojeto não esclarece suficientemente a questão orçamentária, isto é, não se prevê a verdade orçamentária, exigência fundamental para a existência de autarquias de regime especial. Só a verdade orçamentária — levando em consideração as reais necessidades financeiras da universidade numa economia em crise por uma alta taxa de inflação — garante a sobrevivência material das universidades.

Por fim, é importante destacar que o art. 17, parágrafo 2, retira a semestralidade das fundações. E ainda que este anteprojeto ressuscita a figura do professor colaborador (agora batizado de "extraordinário)... o que levanta o espectro do professor horista e de todas as consequências disso para o ensino superior.

Diante disto, tudo, parece fundamental que se amplie o debate e que não se atropelasse assunto de tão vital importância para o futuro do ensino superior público, no Brasil.

Neste sentido, seria um grande passo se o Conselho Universitário convocasse uma Assembléia Universitária para uma ampla troca de opiniões sobre o tema."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência quer solicitar dos Srs. Deputados, que, quando da oportunidade de anunciar autoridades em plenário, o façam, através da Mesa, que esta terá a satisfação de proceder o anúncio solicitado.

Concedo a palavra, ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós damos entrada, hoje, de um requerimento, acatando apelos que nos foram formulados por agricultores que trabalham, que geram riquezas no eixo que liga a estrada de Cascavel-Boa Vista da Aparecida.

Queremos sustentar que, na última semana, participando de encontro com lavradores daquela região, levantando problemas, fomos questionados por inúmeros lavradores, moradores de Boa Vista da Aparecida, de Juvínópolis, de Rio do Salto, para que servíssemos de ponto de sustentação dentro da reivindicação que tem aquela comunidade, para que seja estudada com muito carinho, e agilizada a construção, a pavimentação asfáltica que liga Cascavel a Boa Vista da Aparecida.

Diziam aqueles agricultores, que, sendo o Município de Boa Vista da Aparecida, um dos poucos municípios do Estado que ainda não possuem uma estrada pavimentada, é este o problema nº 1, levantado pelos moradores daquela comunidade. E, baseado nesta reivindicação é que hoje submetemos à apreciação do Plenário, requerimento este que reforça o apelo já feito por outras lideranças, para que o Município de Boa Vista da Aparecida possa merecer, através da Secretaria de Estado dos Transportes, um atendimento o quanto mais urgente, para que a sua farta produção agrícola possa ter um escoamento mais ajustado ao progresso que todos dele participamos.

De sorte que, é o apelo que estamos fazendo. E que, esta estrada tenha um traçado que sirva também a populosos Distritos como: São Salvador, Juvínópolis e Rio do Salto, que serão, do mesmo modo, atendidos com a pavimentação da estrada que liga Cascavel a Boa Vista da Aparecida. E a pavimentação desta estrada é uma reivindicação que vem sendo abordada, que vem sendo levantada por aqueles moradores, por aqueles lavradores — e quando eu falo em lavrador eu estou me referindo a uma comunidade, a uma região eminentemente agrícola

Essa reivindicação, repito, tem sido, ao longo desses últimos anos, uma constante de todos os segmentos que formam a sociedade de Boa Vista da Aparecida, e as comunidades de Juvínópolis e Rio do Salto.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria que essa Casa apreciasse com muita atenção esse requerimento que vem de encontro aos elevados anseios da população de Boa Vista da Aparecida, Rio do Salto e Juvínópolis.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Como integrante da Comissão de Saúde desta Casa, como médico e profissional das coisas da saúde desejo ressaltar, nesta tribuna, a efetivação, nos dias correntes, da "Semana da Saúde". Grande parcela de nossa população tem prestigiado a iniciativa que se deve ao espírito comunitário dos dirigentes do serviço social do comércio - SESC - Centro, órgãos de Divulgação e diversas outras entidades.

Os primeiros resultados da realização já se fizeram sentir: doações de sangue e de córneas aumentaram sensivelmente. Perto de quinhentas córneas foram doadas e cerca de duzentas doações de sangue foram efetuadas. Tais números por si só justificam o acerto da realização da "Semana da Saúde", pois, sem este apelo público os bancos de doações vivem em dificuldades que são de todos conhecidas.

A população, por outro lado, recebe orientação sobre planejamento familiar, prevenção de deformidades da coluna vertebral, prevenção de câncer, da cegueira e de problemas nas gengivas. Tais esclarecimentos são prestados nas diversas barracas instaladas no centro da cidade e a maioria das pessoas leva para casa os testes para medir a visão, ou as orientações sobre precauções contra o câncer, incluindo a maneira de examinar os seios, além da forma adequada de escovar os dentes e prevenir a escoliose, desvio lateral da coluna do plano frontal, causadora de diversos problemas de saúde, e que devem ser tratados o quanto antes.

Ao fazer o registro desta significativa realização, solicitamos, igualmente, à Mesa Executiva que comunique aos dirigentes do serviço social do comércio - SESC Centro e meios de comunicação, o inteiro teor deste, mediante requerimento que estou enviando, neste momento.

Ao fazer este registro do "Dia dos Médicos" e ao fazermos o registro desta semana que está por terminar no próximo sábado, queremos, igualmente, que esta Mesa Executiva comunique aos dirigentes do Serviço Social do Comércio SESC Centro - aos meios de comunicações que tão bem têm divulgado a essência maior do povo brasileiro e de toda a humanidade universal. Quando nós sabemos que saúde e educação, metas primordiais de um Governo, são a certeza da grandeza de sua população.

Queremos que, de inteiro teor, este seja mediante requerimento que estou enviando, seja enviado realmente às pessoas que há pouco citamos."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta presidência anuncia, com prazer, a presença em plenário, do Sr. Luiz Alberto Siqueira, Vice-Prefeito de Jussara.



Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retornamos à tribuna, na sessão de hoje, inclusive para demonstrarmos que também nos preocupamos e muito, com os problemas do Paraná. Porque, ontem, quando nos pronunciávamos, isto foi solicitado que procurássemos assim proceder.

E viemos a essa tribuna para alertar e até mesmo reivindicar o apoio de toda a bancada de Deputados Estaduais aqui presentes, no sentido de que juntos, envidando todos os esforços, entremos em contato com o Sr. Ministro da Fazenda, com o Presidente do Banco Central, com o Diretor de Crédito Rural do Banco Central, com o Diretor de Crédito Rural do Banco Central, com o Ministro da Agricultura e com outras autoridades. No sentido da liberação imediata dos recursos destinados ao programa - “Feira de Bezerros”.

O programa de “Feira de Bezerros”, teve seu início no ano de 1975, e visava naquela ocasião, dar um maior desenvolvimento e uma maior atenção aos problemas da pecuária, principalmente a pecuária de corte no Estado do Paraná.

Todos nós sabemos que em determinadas regiões do Paraná, a pecuária nos meses frios, no inverno, sofre com as intempéries em função da baixa produtividade das pastagens. E por esse motivo e objetivando desenvolver a pecuária no Paraná como um todo, foi que os órgãos estaduais representado pela Acarpa, Secretaria da Agricultura, Prefeitura Municipais, bem como outras entidades ligadas ao setor, criaram o programa de “Feira Estadual de Bezerros”.

Este programa, no ano de 1983, tem como previsão a comercialização de 25 animais. Mas até o presente momento, em que pese aos inúmeros contatos e reivindicações formuladas até mesmo pelo ex-Secretário da Agricultura, pelo atual Secretário da Agricultura e por nós, particularmente, que também já procedemos desta forma, e até a presente data os recursos não chegaram. E só para vocês terem uma idéia da urgência e da necessidade de que todos nós, independente da região que aqui estamos representando, haja vista que existe uma região que é vendedora e uma outra região que é compradora.

Então, todos nós Deputados Estaduais do Paraná, estamos num mesmo barco. Os objetivos é a defesa da pecuária paranaense e ela precisa ser defendida por todos nós que fomos eleitos para representar o povo do Paraná.

Então, não é admissível que o Governo Federal, através do Banco Central, não libere imediatamente esses recursos; haja vista que já neste sábado, dia 17, teremos a efetivação da primeira etapa desse programa estadual, do ano de 83. Esta primeira etapa se desenvolverá na Cidade de Palmas.

Então, precisamos de urgência urgentíssima de fato, para que os recursos sejam liberados ainda esta semana, para que o programa não seja eliminado, não venha a ser desacreditado pelos pecuaristas do Paraná, programa esse que vem permitindo uma melhoria significativa do nosso rebanho, haja vista que a região sul que sempre tinha prejuízos por ocasião dos meses frios, volta a repetir, a partir de agora tornou-se numa região criadora de animais que durante as feiras transfere para as regiões mais quentes do Estado e esses animais terão um desenvolvimento mais precoce podendo ir ao abate

até mais cedo.

Carece então, de urgência e que todos os Deputados desta Casa envidem seus esforços pessoais no sentido de que esses recursos sejam liberados ainda esta semana pelo Banco Central.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente está com a palavra, o Sr. Deputado Ferrari Júnior, inscrito.

Esta Presidência anuncia a presença, em plenário, do Vice-Prefeito de Jussara, Sr. Luiz Alberto Siqueira.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos propondo a esta Casa, na sessão de hoje, um requerimento indicando ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Presidente do BNH, da Caixa Econômica Federal e do Banestado e do Presidente da Cohapar, falando sobre a construção civil do Estado do Paraná.

Há, nesta Casa, uma preocupação muito grande dos eminentes representantes das Bancadas do PMDB e do PDS, quanto à onda do desemprego em nosso Estado. É um problema de todo o Brasil, evidentemente, mas nós vamos nos posicionar sobre o Estado do Paraná.

E procuramos pesquisar um campo, e chegamos a uma conclusão realmente triste: a situação por que passa o setor da construção civil do Estado do Paraná. Tomamos conhecimento de um levantamento feito pela Associação dos Empreiteiros de Obras Públicas do Paraná - Regional de Maringá, e Associação dos Engenheiros de Maringá, que mostram-se realmente aflitos, preocupados com a falta de obras oriundas do BNH, da Caixa Econômica Federal, ou financiamentos evidentemente do Banco do Estado do Paraná, do próprio Governo do Estado do Paraná e do Governo da República.

Para os Senhores terem uma idéia e a própria Comissão de Desemprego que se instalou nesta Casa, em setembro de 1982, este setor, o setor da construção civil do Paraná, somente na cidade de Maringá oferecia 7.600 empregos diretos e 2.100 empregos indiretos, principalmente na área de construção de conjuntos habitacionais. Em 30 de março de 1983, quer dizer de setembro de 82 a março de 83 nós passamos a ter a oferta de 6.000 empregos diretos e 2.000 empregos indiretos, diferença portanto de 1.700 empregos.

Há uma previsão catastrófica para o mês de junho de 1983 e nós já estamos caminhando rapidamente para o mês de junho. Nós poderemos ter apenas no setor da construção civil de Maringá, 3000 ofertas de empregos diretos e 1.500 empregos indiretos, caindo então de 7.600 diretos para 3.000 quer dizer, 4.600 desempregados apenas nesse período. Além dos empregos indiretos caindo de 2.100 para 1500.

Nós falamos em Maringá porque fizemos esse levantamento na Cidade de Maringá. Mas ficamos preocupados com o Estado do Paraná, se estes números mostram Maringá, quais seriam os números que estariam a mostrar todo o Estado do Paraná? Com o mesmo problema. Surgindo em Umuarama, em Cianorte, em Cascavel, em Ponta Grossa, em Curitiba, em todo o Estado. Então, em função da retração de obras na construção de obras e na construção civil do Paraná, pelos fatos citados, estaríamos caminhando para milhares e milhares de desempregos no Estado do Paraná.

Daí o nosso requerimento que estaremos entregando à Mesa e que, por certo, será apoiado por todos os Srs. Deputados, pedindo ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Presidente do BNH, ao Sr. Presidente da Cohapar, para que este setor da construção

civil do Paraná seja reativado, para que a gente não caminha para uma situação caótica, como estamos a caminhar. Se não houver uma injeção aguda de verbas, aguda mesmo de dinheiro para este setor, o Estado do Paraná vai enfrentar, lementavelmente, a curto prazo - e tomara que não, os mesmos problemas surgidos recentemente na Capital do Estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
( Sem revisão do orador ).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, a Mesa consulta ...

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, para uma reclamação. O Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa, que teve tantas dificuldades nos últimos anos para sua atuação profissional, encontra-se agora muito pior do que antes. Porque ali, Sr. Presidente, até as máquinas de escrever foram retiradas. O cafezinho que era ali distribuído para atendimento dos seus convidados, não é mais também servido. Então, peço a esta Presidência que, junto com a Comissão Executiva desta Casa, procure dar condições mínimas de trabalho ao Comitê de Imprensa, nesta Casa.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra pela ordem, ao nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não sei se artigo 151 ou 97, porque me foge à memória. Mas tem amis um orador inscrito no Pequeno Expediente. Não sei se existe ou não.  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sr. Deputado, nós já passamos para o Horário da Liderança. Inclusive, estamos consultando a Liderança do PMDB se fará uso da palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, eu estava inscrito. Agora Vossa Excelência é que determina se há um contexto onde se obedeça uma ordem regimental.  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Esta Liderança concede, por dez minutos, a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra o Sr. Deputado Tadeu França, por dez minutos.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos usando a tribuna ...

O SR. GABRIEL MANOEL — Por gentileza, por uma questão de ordem, perdoe-me o Deputado que está na tribuna, quero que Vossa Excelência verifique a ficha de inscrição para ver se meu nome consta ou não, para não passar por Deputado negligente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Nobre Deputado, Gabriel Manoel, na relação de oradores, o nome de Vossa Excelência

consta inscrito para o Grande Expediente, na próxima sessão. Não constando na relação de oradores para o Pequeno Expediente de hoje.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não vou mentir. Queria uma certidão da ficha que está aí. Por gentileza. Sr. Prseidente, solicite ao Primeiro Secretário que leia os inscritos no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que anuncie o nome dos inscritos para o Pequeno Expediente do dia de hoje.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Gernote Kirinus) — Estavam inscritos para o Pequeno Expediente e fizeram uso da palavra os Deputados: Paulo Furiatti, Edgar Pimentel, Tuguio Setogutte, Orlando Pessuti e Ferrari Júnior..

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) Então, sabotaram o Deputado Tércio Albuquerque.  
Muito obrigado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, pedindo desculpas ao orador que se encontra na tribuna, gostaria de fazer uma consulta a Vossa Excelência no sentido de que se por acaso mudaram os critérios de inscrição no Grande Expediente. Podendo ser feita esta inscrição, por antecipação. O que não prevê o Regimento Interno. Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, é praxe na Casa, a inscrição antecipada para o Grande Expediente. Hoje, não havia oradores inscritos, passamos, portanto, para o Horário da Liderança.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, acho que a praxe, eu conheço a praxe de oito anos. Pergunto se é possível se inscrever, por antecipação. Vossa Excelência acabou de declinar ao Deputado Gabriel Manoel, que ele estava inscrito para a próxima semana. Então, quero saber se mudou isso. Isso é inovação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Não. É fácil aferir, nobre Deputado. Existe uma lista de inscrição, e pelo número de inscritos, o Deputado Gabriel Manoel deverá falar na próxima semana. Não tem dia pré-determinado. Apenas ...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Deputado, permita dialogar com Vossa Excelência, só para esclarecer. Quando a inscrição é feita, os Deputados são chamados; se estão e declinam, passa-se para o nome seguinte. Assim sempre foi feito. Agora, Vossa Excelência dizer, que há inscrições; não há oradores para o Grande Expediente de hoje, mas há inscrições, para a semana que vem, daí a razão da minha pergunta a Vossa Excelência, para saber se mudou o critério. Porque os oradores inscritos, podem ser dez ou vinte, são chamados ao Grande Expediente, até que se encontre alguém que fale.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Os Srs. Deputados consultados, antes mesmo do Grande Expediente, hoje, declinaram. Então, a Mesa entendeu que não havia necessidade de fazer a chamada, já que havia ...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — ... Então, não há oradores inscritos, e não há nem por antecipação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Perfeito.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) Sr. Presidente, parece-nos que o Deputado Gabriel Sampaio tem razão. Se não há oradores inscritos para a sessão de hoje, é evidente que o orador inscrito seria o Deputado Gabriel Manoel e falaria na sessão de hoje. Eu faço esse depoimento apenas por uma questão de justiça, apenas por uma questão total de justiça. Se, Sr. Presidente, não existe um outro orador inscrito, para a sessão de hoje, e o próximo orador inscrito é o Deputado Gabriel Manoel, é evidente que ele falaria na sessão de hoje e ficaria até o pedido e o respeito ao Deputado Tadeu França, na tribuna, que fosse observado dessa maneira, que seria justo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa não acata a sua questão de ordem, nobre Deputado, porque o Deputado Gabriel Manoel foi consultado se ocuparia o Grande Expediente, na tarde de hoje.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Qual é o artigo infringido, nobre Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — É o artigo 151, onde eu possa dizer algo sobre o que está acontecendo ou o artigo 9º também. Depende da maneira que Vossa Excelência queira interpretar.

Se Vossa Excelência tolhe-me a palavra, qual é o artigo que Vossa Excelência não deixa um Deputado pedir pela ordem?

Eu só digo a Vossa Excelência, Sr. Presidente, com o devido respeito e acatamento. O Deputado falou a verdade. Eu fui aí, e disseram-me que não havia mais lugar para oradores; disseram-me que eu podia falar no Pequeno Expediente.

Agora, Vossa Excelência, a Mesa é soberana, eu acato mas digo a Vossa Excelência, errar é humano e perdoar é divino. E Vossa Excelência da minha parte está perdoado por esta grande lacuna e esta falta de respeito para um Deputado, companheiro seu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Deputado, não houve intenção da Mesa em faltar com o respeito com Vossa Excelência. Pelo contrário, a Mesa lhe devota a maior admiração possível, dado o destacado trabalho de Vossa Excelência, nesta Casa.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Está aí o Deputado Tércio Albuquerque e os componentes da Mesa que são responsáveis pelas inscrições, quando eles me disseram que eu falaria no Pequeno Expediente. Então, pediria a Vossa Excelência que organizasse melhor este problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa solicita escusas ao Deputado que vai fazer uso da palavra e deixa por dez minutos a Liderança do PMDB, ao Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vários Deputados entre os quais este que ocupa a tribuna, às vezes, no trabalho de acompanhar, de orientar de prestar apoio aos nossos Prefeitos, muitas vezes não conseguimos ser sempre presença no plenário desta Casa. Esta é uma forma, um sintoma da situação difícil pela qual passam os nossos municípios. Presente aqui está o Vice-Prefeito de Jussara, município do Paraná, onde há quatro meses os

funcionários da Prefeitura não recebem os seus vencimentos.

Todos nós compreendemos a situação, as dificuldades, a crise, o problema, a situação de insolvência pela qual estão passando os municípios do Paraná em sua maioria.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós estamos usando a tribuna nesta hora, para realizar um apelo, especificamente, aos Srs. Deputados do PDS. Estamos encaminhando nesta Casa o requerimento em que pedindo estamos que o Banestado possa destinar recursos a fundo perdido àqueles Prefeituras. E muitas delas estão nesta situação, que comprovem verdadeiro estado de insolvência.

Entretanto, situações como estas e muitas das quais vemos manifestações pela imprensa, através dos nobres Deputados do PDS, afirmando que a CPI dos municípios terá participação pedessista, caso por exemplo, da afirmativa do nobre Deputado Odeni Mongruel. Caso do Deputado Gabriel Sampaio, quando afirmava que a CPI dos municípios havia chegado em boa hora a esta Casa.

Por estas razões, neste momento, nós queremos especialmente endereçar as nossas palavras à Liderança do PDS, para que faça a indicação dos nomes, à Presidência desta Casa, dos Deputados do PDS que nos darão a honra de juntamente com os nossos colegas do PMDB, analisarmos com profundidade as causas a extensão, a gravidade do tema municipalista do Paraná, neste instante. Porque, de outra forma, nós sentiríamos de uma proposta que não tem de forma alguma aquele caráter policialesco que se pretendeu dar. Uma proposta que se pretende conduzir com seriedade perante a verdade, seja ela de que origem for. Mas, uma proposta que tem no seu bojo a preocupação fundamental de levantar bem alto, de colocar num instante grave para a economia paranaense, o programa dos municípios do Paraná.

Nós entendemos que o tema é sério que a inquietação é grave, que as dificuldades transparecem a olhos vistos pela simples e sonora preocupação dos nossos Prefeitos em quando virem a Curitiba para tentar sanar os problemas dos seus municípios.

O Sr. Gabriel Manoel -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para dar uma sugestão pálida ao seu discurso. Primeiro, o Banestado é uma companhia de economia mista, onde os acionistas participam e não podem dar dinheiro a ninguém como fundo perdido. A única coisa que o Banestado faz, é fazer adiantamento para as Prefeituras, pelo ICM.

Agora, se quer Vossa Excelência, apenas uma orientação, apenas para que Vossa Excelência continue nesta trajetória em beneficiar os Prefeitos paranaenses, tanto do PMDB, como do PDS, teremos que lutar com o INTER-Ministério do Interior, onde o dinheiro a fundo perdido é captado e transferido às Prefeituras. O Banestado não pode e não tem condições normais nem jurídicas, para transferir dinheiro às Prefeituras a fundo perdido.

Apenas para elucidar esse seu belo pronunciamento, essa sua luta pelos Prefeitos do Paraná e de sua gente.

Agradeço e queria dizer a Vossa Excelência que o Banestado não pode; a única coisa que o Banestado pode fazer é emprestar dinheiro com garantia do ICM.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. TADEU FRANÇA — Agradeço a sua intervenção, Sr.

Deputado, que tão bem justifica todos aqueles qualificativos que endereçamos a Vossa Excelência, na última vez que ocupamos a tribuna. Entretanto, em que pese o aspecto apresentado por Vossa Excelência, nós adiantamos que esta

preocupação nossa em fazer do Banestado um órgão centralizador, um órgão que haverá de encampar fórmulas e soluções para que recursos possam ser destinados a fundo perdido aos municípios, já se encontra em fase adiantada, tanto assim que, ainda ontem, nós, conversando com o Presidente do Banestado, Léo de Almeida Neves, conversávamos com ele, e ele, como Presidente do Banestado, antecipava-se dizendo que a instituição, cuja frente ele está, haverá de envidar todos os esforços para que a insolvência seja sanada. De qualquer maneira, entretanto, mesmo que a proposta do nosso Presidente, em termos de ir de encontro às Prefeituras, em estado de insolvência praticamente, mesmo que ele possa a vir ser auxiliado por quaisquer órgãos em sua proposta, merece os nossos aplausos.

E, para não me esquecer de um detalhe, recorde-me quando o Deputado Fiori Luiz, desta tribuna, afirmava que, se o Banestado, em outros tempos, chegou a emprestar dinheiro a fundo perdido, até mesmo para políticos do PDS fazerem campanha, muito mais legal haverá de ser o empréstimo a fundo pedido às Prefeituras que não consigam, de forma alguma, equacionar os problemas mais emergentes.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Rubens Bueno e depois ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

**O Sr. Rubens Bueno** — Vossa Excelência faz um pronunciamento importante nesta Casa. Aliás, nós, de vez anterior, fizemos aparte também no mesmo sentido, para lembrar ao Deputado Garbiel Manoel, pela sua capacidade intelectual, talvez por estar muito ocupado à leitura, ele tenha um pouco a memória curta. Naquele aparte que diz a Vossa Excelência, apresentei documentos de que o Banco do Estado do Paraná, no mês de janeiro deste ano, de 83, contraiu empréstimos com Prefeituras do interior paranaense, que contrariavam a Lei Federal 6379 de 76. Tanto é verdade que o Banco Central exigiu do Banco do Estado do Paraná que cobrasse aquele empréstimo feito àquelas Prefeituras, por contrariar legislação federal.

Então me parece que não só a questão moral da coisa, até a questão legal eles quiseram passar por cima. Mas, ainda bem que o Banco Central deu um puxão de orelhas no Banco do Estado do Paraná.

**O SR. TADEU FRANÇA** — Concedo aparte ao nobre Deputado Gabriel Sampaio.

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Vou ser bem rápido.

Em primeiro lugar, para concordar com Vossa Excelência. Realmente Vossa Excelência hoje, faz da tribuna um pronunciamento com uma fórmula que nós apoiamos integralmente. Acho que Vossa Excelência tem toda razão, o Banco do Estado tem esta capacidade, esta condição, e se fizer isto dará uma grande ajuda aos municípios do Paraná.

Com relação a segunda parte do seu pronunciamento dizendo que políticos do PDS receberam dinheiro a fundo perdido, lanço um desafio a Vossa Excelência, que traga o nome aqui e as provas, para colocarmos na cadeia, na cadeia pública, o homem do Paraná, de qualquer partido que tenha sido, que tenha feito isto; agora, por favor, também tem a segunda parte disto: se isto for, mentira, Deputado...

**Um Sr. Deputado da Bancada do PMDB** — Haja cadeia, hein?

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Sr. Presidente, estou recebendo vozerio aqui dos fundos, e não admito que me interrompam.

Mas, eu diria a Vossa Excelência, Deputado, que se por acaso isto for mentira, Deputado, Vossa Excelência há de me permitir que diga, alto e bom som, que, mais uma vez se fez

uma frase de efeito demagógico. Portanto, espero ansiosamente que o partido de Vossa Excelência ou a sua liderança traga a esta Casa os nomes, para nós os colocarmos atrás das grades.

Obrigado.

**O SR. TADEU FRANÇA** — Srs. Deputados, claro que nós vamos nos deter no fato dos financiamentos fáceis, e subsidiados, e privilegiados com que foram contemplados visivelmente, não só um, mas, tantos secretários da bancada de Vossa Excelência...

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Vossa Excelência falou em Fundo perdido, está nas notas taquigráficas.

**Um Sr. Deputado da Bancada do PMDB** — Deputado Tadeu França, o Deputado que está apartando Vossa Excelência, ele passou por cima, ele está passando por cima até do Poder Judiciário ele quer botar todo mundo na cadeia, sem ouvir o Poder Judiciário.

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Não. É que já pegou a mania de "polícia" aqui na Assembléia, então eu também estou nesta.

**O SR. TADEU FRANÇA** — Mas, Srs. Deputados, seria até uma razão a mais para que fosse encampada, fosse adotada - eu gostaria, com referência a esta proposta que Vossa Excelência pretende, em termos de cadeia, ou coisa parecida, eu me proponho: fiz referência, desta tribuna, a uma afirmativa recentemente aqui proferida pelo nosso nobre colega que conhece a fundo, que tem assistido, que tem testemunhado, no seu mandato nesta Casa, casos de tantos abusos...

**O Sr. Fiori Luiz** — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Deputado, quero esclarecer que a minha colocação nunca foi com relação a Fundo Perdido, foi sobre empréstimos vencidos que não eram apontados em Cartório e que o Banco jogava em Crédito Liquidação, como prejuízo. Isto já está sendo levantado, e eu agradeço até, a lembrança do Deputado Gabriel Sampaio, que vai nos ajudar muito.

A verdade é que é preciso reabilitar financeiramente o Banco do Estado do Paraná. Os últimos 4 anos do General Ney Aminthas de Barros Braga, com a sua administração, e o Presidente Jucundino Furtado, deixaram o Banestado num estágio quase que pré-falimentar, o déficit é altíssimo do Banco do Estado do Paraná, são mais de 200 agências criadas, a maioria, com fins eleitoreiros, deficitárias, sem contar o levantamento que está sendo feito na agência do Paraguai, e de Nova York. Acho que o Banco do Estado do Paraná tem que adotar uma nova filosofia daqui para a frente, de amparar a média e a pequena empresa e tentar também aumentar o limite de expansão na sua Carteira Agrícola, num Estado essencialmente agrícola. E o Presidente Léo de Almeida Neves estuda todas essas propostas para fazer, do Banestado, um Banco de amparo a quem realmente precisa, e, não, como sempre foi, o Banestado sempre foi um partido político, um diretório da ex-ARENA e do PDS, favorecendo grupos ligados ao ex-Governador Ney Braga. É preciso recolocar o caminho nos trilhos, o Banestado, na sua verdadeira origem e filosofia, de atendimento às médias e pequenas empresas e aos médios e pequenos produtores.

**O SR. TADEU FRANÇA** — Deputado Fiori Luiz, quando Vossa Excelência fala em empréstimos que foram debitados como prejuízos, Vossa Excelência fala, com muita propriedade. E, quando nós usamos o termo Fundo Perdido, para esta característica, nós usamos, como eufemismo de uma situação lamentável.

O Sr. Fiori Luiz — E eu inverteria o seu eufemismo: não é Fundo Perdido, o Banestado está perdido num fundo sem fim.

O SR. TADEU FRANÇA — Srs. Deputados, mas nós não pretendemos, de forma alguma, criar polêmica em torno de uma situação real que está aí, com relação ao Banestado; o que nós queremos, neste instante, é reativar, afinal de contas, é tornar mais enfático o apelo que fazemos. Nós não pretendemos, de forma alguma, realizar quaisquer afirmativas im procedentes, não pretendemos, de forma alguma, partir para o revanchismo puro e simples, em termos de quaisquer posições...

O Sr. Gabriel Sampaio — Muito bem, Deputado.

O SR. TADEU FRANÇA — Mas nós pedimos enfaticamente, Srs. Deputados, para que nos ajudem a ter condições de trabalho, jamais, na História desta Casa, uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito funcionou com a presença de um partido apenas pelo que nos consta e não gostaríamos nós do PMDB, mesmo porque entendemos que a participação ampla será muito mais produtiva. Nós não gostaríamos jamais de inaugurar essa forma de comportamento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência informa que o seu tempo está esgotado.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — A nossa liderança concede mais cinco minutos ao Deputado Tadeu França.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra, por mais cinco minutos, o Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — É por esta razão que entendo que esta questão municipalista transcende a barreiras partidárias, transcende a inquietações de ordem meramente política, transcende a interpretações sectaristas transcende a quaisquer medidas de protecionismo a quem quer que seja ou de revanchismo contra quem quer que seja.

É por entender que uma situação que aí está e, ainda ontem, mantendo contato com a Secretaria das Finanças, que pedíamos um técnico. A maior parte dos Prefeitos do Paraná não chega a acreditar que o seu ICM representa de fato vinte por cento a que tem direito o município pela atual legislação.

E nós pedimos para que informes técnicos pudessem chegar, para que o Prefeito pudesse conhecer claramente todo o processo da Receita que é destinada ao seu município, para que nós pudessemos levantar uma bandeira; se vinte por cento significa falência, porque não o movimento a nível de Paraná, para que nós ampliássemos, para que nós conquistássemos com luta uma participação maior dos municípios para garantir, para conseguir melhores condições de desenvolvimento.

Não adianta, não basta que os Prefeitos cheguem aos nossos gabinetes e literalmente externem uma ladainha de infortúnios.

Nós sabemos das Prefeituras em condições de insolvência. Eles já estão, mas é preciso que nós levemos essa problemática às ruas, é preciso que a situação agrária, a situação econômica, é preciso que nós limitemos aquele problema, faltam recursos. O que fazer? "

Nós temos que discutir, nós temos que debater, ouvir os nossos prefeitos, nossos vereadores, ouvir a nossa comunidade, conchamar os cientistas, os sociológicos, economistas para que eles nos ajudem, porque o desafio não é do PMDB, não é de um deputado, o desafio representa uma marca, um "sim" sonoro de patriotismo e de paranismo, neste instante.

A situação é grave. Representa uma centelha pequena, é claro, de um problema maior que é a crise na qual nós estamos a nível nacional. Mas enquanto nós estivermos na crise, nós permaneceremos de braços cruzados, sem encará-la, sem sentir de perto o drama, limitando os problemas municipalistas, a caminhada dos nossos prefeitos à Secretaria de Estado, onde tantas vezes, eles falam, queixam-se, apresentam um infinito de

necessidades e um tão pouco em termos de retorno, por absoluta impossibilidade.

Mais do que nunca, Srs. Deputados, precisamos auscultar, de perto, sem preconceitos, sem quaisquer outras intenções, sem quaisquer outros objetivos a não ser aquele objetivo de fato, marcarmos a nossa presença em termos de acompanhamento, em termos de pesquisa, em termos de busca, em termos de jogar na rua, como eu dizia, em termos de colocarmos ao Paraná a verdade, colocarmos ao Brasil: "A grande verdade é essa". "A maioria dos pequenos municípios estão perecendo à míngua" e nós não podemos permanecer omissos assistindo apenas aquele desfile inglório de queixas, às vezes de lances emocionantes até, que batam à porta. Não nos preocupa neste instante nos apegarmos ao "pé da letra", não nos preocupa saber em certas esferas os ditames até mesmo daquilo que é hoje considerado legal, ou ilegal que seja. Ilegal é permanecer de braços cruzados perante um drama pelo qual todos nós somos responsáveis. Ilegal é sobretudo assistirmos aos nossos menores crescendo, fazendo-se trombadinhas, é nós assistirmos ao nosso exército de bóias-frias sem trabalho, perecendo à míngua e sem estudarmos ou tentarmos conquistar juntos, luzes, para fazermos, se não conseguirmos nada, pelo menos a inquietação e uma vontade férrea de sanar os dramas graves pelos quais passa o Paraná. E por esta razão, Srs. Deputados, que eu, com toda a humildade...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa que o seu tempo está esgotado. Com a palavra, por mais dois minutos, o Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Obrigado, Sr. Presidente. Apenas para reiterar o nosso apelo, com esse objetivo sério de levantar um tema que não é novo como disseram e com razão os Deputados do PDS, um tema que não é inédito. Mas um tema que é o mais grave do atual momento do Paraná e do Brasil. E eu faço o apelo, indiquem os nomes do PDS para que nós possamos fazer a primeira reunião, para que nós possamos esboçar trabalho, fixar diretrizes. Porque mais do que nunca, repito, não queríamos inaugurar, nesta Casa, uma CPI apenas assinalada pela participação de uma bancada. Não é essa a nossa pretensão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui mais uma vez os nossos apelos e os nossos pedidos, o que nos move é o desejo único de trabalhar e esperamos resposta de nossos apelos.

Com o aparte o Sr. Deputado Luiz Alberto.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência não esteve presente ao que eu saiba nas sessões anteriores desta Casa, nem na semana passada e nem no decorrer dessa semana. Ou Vossa Excelência esteve presente?

O SR. TADEU FRANÇA — Durante dois dias ausentei-me em que eu estava atendendo prefeitos da região, como eu apresentava na justificativa inicial.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência então, não estava presente à Casa em sessões plenárias. Não estou dizendo com isso que Vossa Excelência não estava exercendo o seu mandato parlamentar, quando percorria as Secretarias de Estado, quando dava assessoramento aos seus Prefeitos municipais. Longe de mim trazer tal acusação a Vossa Excelência.

Entretanto, quando Vossa Excelência não se encontrava na Casa, não tive oportunidade de dialogar com Vossa Excelência a respeito da composição da CPI da Falência do Municipalismo. Entendo como Vossa Excelência acaba de

declinar, que realmente é importante a participação de todos os partidos políticos, e não só é importante, é um direito da minoria essa participação.

E este Deputado gostaria inclusive de dialogar com Vossa Excelência a respeito do procedimento da CPI dos municípios. E como Vossa Excelência não esteve presente na Casa, não foi possível esse entendimento. Em razão disso é que esta Liderança ainda não indicou o nome.

O SR. TADEU FRANÇA — Agradeço e muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu tempo restante de 8 minutos. Por seis minutos, a palavra com o Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os desmandos administrativos verificados nos últimos quatro anos, têm motivado uma série de denúncias das mais diferentes áreas. De pessoas inconformadas com a impunidade que gozam, aqueles que tão prodigamente gastaram o dinheiro público em prejuízo da comunidade paranaense.

Ao par dessas denúncias, estamos realizando um trabalho de coleta de documentos e informações, sobre atos de corrupção, praticados pelos mais diferentes escalões na administração estadual anterior.

Como fruto dessa tarefa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e na busca de responsabilizarmos aqueles que, de forma imoral, lesaram o erário público, estaremos nos próximos dias, propondo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar responsabilidade e punir os corruptos. Tantos são os casos já registrados e tantos são os indícios que teremos, com certeza, o apoio daqueles que prezam e defendem a moralidade administrativa, fanal da administração José Richa.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte?

**(Assentimento)** — Nobre Deputado, embora o sofisma dos Deputados do PDS, é com grande alegria que nós sabemos que os fatos estão sendo levantados. E, saibam todos aqueles, que o PMDB irá cumprir à risca, todas as propostas feitas e principalmente a da moralidade pública. E é com satisfação enorme que sentimos que, tudo o que foi proposto será cumprido à risca, doa a quem doer.

E somente com apurações corretas, justas e legítimas nós chegaremos lá para mostrar à opinião pública do Paraná que as propostas do PMDB são para valer, embora existam aqueles que tentem segurar este processo.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte do nobre Deputado Paulo Furiatti e incorporo com muita satisfação ao nosso pronunciamento. Em seguida, concedo o aparte ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Quero parabenizar-me com essa sua proposta, porque a corrupção é hoje uma marca institucionalizada neste País. Hoje o cidadão ser corrupto lhe dá méritos e lhe dá "status". O País chegou ao fundo do poço em termos de moralização. A corrupção começa em Brasília nos gabinetes luxuosos e vem se esparramando, atingindo estados e municípios. A corrupção é geral.

Parabenizo-me porque nós já tivemos conhecimento de levantamento feitos por Secretários sigilosos ainda mas que se tornarão públicos, e muita gente boa neste Estado ou vai para a cadeia ou vai ter que fugir às pressas deste País. Gente muito importante deste Estado, a nível de ex-Secretários, ex-Prefeitos. Então vem em boa hora esta CPI da corrupção para que o Estado do Paraná, a opinião pública tome conhecimento

daqueles que desviaram recursos públicos, que construíram impérios e patrimônios em cima do dinheiro público neste Estado.

E os casos são muitos como Vossa Excelência tem conhecimento e temos também, da Bancada do PMDB, e na ocasião oportuna, eles virão a público.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço ao nobre Deputado e a CPI da corrupção não terá como objetivo estender sobre administrações passadas a ameaça de resolver fatos. Ela deverá punir aquelas que agiram dolosamente contra o nosso patrimônio.

A malversação do dinheiro público não pode ser esquecida sob pena de estarmos compactuando com aqueles que de forma corrupta agiram no Paraná.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos anunciando hoje e o nosso propósito na instalação desta CPI é que ela realmente venha trazer a público aqueles atos que tanto prejudicaram o nosso Estado, e, amanhã, temos confiança e certeza disso, estaremos dando a justa e merecida punição àqueles que, julgando-se donos do Estado, violaram princípios basilares de moralidade administrativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Falará em primeiro lugar, por quinze minutos, o Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrar no assunto que me traz à tribuna nesta tarde, gostaria de fazer duas colocações que me foi impossível fazer através de apartes.

Em primeiro lugar, um apelo a todos os Deputados. Do meu partido nem tanto, mas do Partido da Situação. Temos que evitar, no meu modo de ver, nesta Casa, a ironia barata, sob pena de transformarmos os debates que têm como objetivo o bem-estar do povo do Paraná em retalhações pessoais.

Esta Casa por ser democrática, por ter seus membros compostos através do voto popular, há aqui dentro homens de todos os graus de escolaridade. Há desde o homem que mal completou o primário até o homem formado em mais de uma Universidade. Então, quero pedir encarecidamente e vou dizer que não vou admitir mais neste plenário que insinuações se façam contra o combativo Deputado Gabriel Manoel, querendo nas entrelinhas chamá-lo de analfabeto, chamá-lo de inculto, porque pode ele não ter as mesmas letras que têm os dignos Deputados da Situação, mas é um homem respeitado em sua região.

**(Vários Deputados do PMDB pedem apartes).**

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Não darei apartes neste momento.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Rubens Bueno — Permite-me um aparte? Vossa Excelência está acusando o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, quero que me mantenham a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Estou falando francamente, sem entrelinhas...

O Sr. Rubens Bueno — Aliás, agora é praxe do PDS...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Calma, sem demagogia.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Faz soar os tímpanos)  
Solicito aos Srs. Deputados que ao apartear o orador que se encontra na tribuna, o façam com sua licença.

O Sr. Rubens Bueno — Quero defender o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Continuando com minhas palavras ...

O Sr. Rubens Bueno — Concede-me um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Já darei os apartes. Acho que o Deputado Gabriel Manoel tem seus defeitos. Graves alguns como todos nós os temos. Aquele que não tiver, que atire a primeira pedra. Ou os homens que estão usando este tipo de ironia são os homens perfeitos, intocáveis?

Sr. Presidente, para o bem deste Estado, somos pagos e viemos para cá para ter adversidades e discussões acaloradas, mas queremos sobretudo respeito individual a cada um dos Srs. Deputados. Discordo, desta tribuna, discordo nesta Casa, profundamente, de vários Deputados. Mas quero que esta discordância não entre no campo pessoal. Muitos de nós não tiveram privilégios de acesso às escolas e aos livros, mas são homens todos, creio eu, com o espírito imbuído de idealismo.

Tenho a impressão que aqui não há político algum profissional ...

O Sr. Erondy Silvério — Permite um aparte?

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — ... todos aqui vieram porque têm vocação pública. Vieram para desempenhar uma missão. Cada um dentro de sua competência. Cada um dentro de sua condição pessoal. Sou um homem com profundas dificuldades intelectuais, mas quero ultrapassá-las com a minha dedicação, com o meu trabalho e, sobretudo, com a minha honestidade de homem público.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Não vou permitir agora.

O Sr. Rubens Bueno — Não vai permitir o aparte? Aliás, agora é norma do PDS não permitir apartes.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — É norma sim. Sr. Presidente, quero dizer a Vossa Excelência que não vou conceder apartes, até que me disponha a tal.

O Sr. Artagão de Mattos Leão — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — Quero deixar registrado, nos Anais desta Casa, de que não está sendo respeitada a lei interna desta Assembléia Legislativa. Vossa Excelência tem ouvido passivamente Deputados do PMDB tentarem, a todo o instante e a toda a hora, interromper o orador que se encontra na tribuna. E Vossa Excelência conhece o Regimento Interno, como não desconhecem os ilustres Deputados do PMDB. Solicito que Vossa Excelência determine, com seu poder de Presidência e imparcialidade, que o Regimento, que a lei que impera em qualquer democracia, seja cumprida também neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem feito cumprir o Regimento Interno desta Casa e não aceita o termo “passivo” que Vossa Excelência tenta imputar a esta Presidência.

Está com a palavra o Deputado que se encontra na tribuna.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Só um minutinho, Deputado. Estava fazendo uma consideração que acho de profunda importância para esta Assembléia ...

O Sr. Rubens Bueno — Se lhe perturba o meu aparte, nobre Deputado...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — ... e aí dirijo a Vossa Excelência inclusive, que é o homem que tem a responsabilidade pelo voto unânime dos Deputados desta Casa, de dirigi-la a bom termo. Peço a Vossa Excelência independente do Plenário, faça este apelo às Lideranças e aos Deputados individualmente. Porque tenho, pessoalmente ...

O Sr. Rubens Bueno — Pedir aparte é anti-regimental? Estamos pedindo aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Estou negando, regimentalmente.

O Sr. Rubens Bueno — Aguardo e volto a pedir em seguida.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Só um minuto, Deputado Erondy Silvério. Gostaria só para concluir este assunto, dizer o seguinte, que tenho discordado do Deputado Gabriel Manoel, durante estes oito anos que estou na Assembléia, de atitudes tomadas por ele. Mas os defeitos que o Deputado Gabriel Manoel possa ter, são defeitos que eu os tenho de outra forma. E, portanto, quero pedir que se mantenha um alto nível nos debates que podem e devem ser acalorados, mas sem entrarmos neste tipo de ironia que foi instalado nesta Assembléia pelo brilhante Deputado Roberto Requião, brilhante mesmo, não é ironia não. Brilhante, é um intelectual, é um homem que realmente tem grande capacidade moral, intelectual, mas que está virando uma norma. E isto me apavora, Sr. Presidente, isto me assusta um pouco, sob pena de virarmos, transformarmos os debates para os problemas do Paraná, em problemas pessoais de Deputados que não tiveram talvez a necessária paciência de aprenderem um pouco antes, de observarem um pouco antes e estudarem um pouco antes, para se iniciarem na vida deste Parlamento.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência e quero discordar de duas alegações que Vossa Excelência fez. A primeira, é dizer que o Deputado Gabriel Manoel tem muitos defeitos. Não acho que ele os tenha. Acho que ele é um Parlamentar autêntico, representante de uma região das mais carentes neste Estado e temos acompanhado “pari passu” a sua atuação desde 1966. E todas as vezes que ele foi à tribuna, todas as vezes que ele teve intervenção neste plenário, sempre o foram nos mais legítimos interesses, não de seus eleitores, mas da população do Paraná.

Também sou iletrado, também tenho apenas o curso primário. Mas não me troco por muito homem de nível universitário que não tem educação; que não leu o Regimento Interno da Casa; não me troco por esta gente. Porque aqui é uma Casa de respeito. É uma Casa onde não se pode transformar a ironia, como arma de debate. A má educação, a má formação, não me importa que seja intelectual; não me importa que seja universitário. O que importa é que conheça a nossa Bíblia, que é o Regimento Interno. Isto, lamentavelmente, tem ocorrido nesta Casa, nas últimas sessões. Temos ouvido pacientemente as mais generalizadas acusações de corrupção. Hoje ainda, o nobre Deputado vai à tribuna, nobre Deputado da Situação e anuncia a sua intenção de apresentar uma CPI sobre corrupção, ótimo.



Que venha esta CPI. Porque, ou fui muito ingênuo, nesses 4 anos de Governo, ou a Oposição deve ter alguma carta na manga do colete. Porque, pessoalmente, não conheço caso de corrupção, no Governo de Ney Braga.

Acusações generalizadas, principalmente por parte do Deputado Fiori Luiz, são constantes nesta Casa, sem nunca citar o nome de alguém que tenha se beneficiado no Banco do Estado. Principalmente da nossa bancada; está feito o desafio. Os Srs. Deputados do PMDB não têm mais o direito de falar em corrupção, sem apresentar provas. Porque hoje eles detêm nas mãos os mecanismos do poder. Estão de posse de toda a documentação de todas as Secretarias. Então esperamos que eles tragam estes nomes. Que vão sofrer também o nosso repúdio. E que nós aplaudiremos os homens do PMDB em pé, quando nos trouxerem os nomes dos corruptos. Porque a nossa bancada jamais apoiou atos de corrupção no Governo anterior. E desafio, mais uma vez, a nobre bancada hoje da Situação; que nos apresente um só ato de corrupção do Governo anterior, que foi apoiado pela nossa Bancada. Os mesmos cuidados; o mesmo zelo, o mesmo espírito público, do PMDB têm os nossos Deputados. Apesar de que ontem, fomos agredidos; chamados de covardes, aqui dentro desta Casa. Este o linguajar usado hoje contra a Bancada do PDS. Um Deputado chegou ao cúmulo de dizer que nunca se fez nada, nesses 19 anos, neste Estado. Nós vamos, para refrescar a memória desse Deputado, que era nosso até ontem, que hoje quer mostrar serviço, do outro lado. Mas vamos refrescar a memória desse Deputado, trazendo as realizações feitas no Paraná nesses 19 anos. Esta Casa é um fórum de debates; mas debates dentro pelo menos de uma ética, de respeito para com os colegas, porque também representamos, parcela do povo do Paraná. Estamos no lugar em que nos colocou o povo. Hoje vi o Deputado Tadeu França fazendo apelos patéticos para que se fira a legalidade, transferindo aos municípios do Paraná, dinheiro de uma sociedade anônima, de uma sociedade cujo escopo principal é o lucro.

Essas dificuldades que os Srs. Membros do Partido da Situação estão encontrando, que os Prefeitos que os apoiaram estão encontrando, nós também encontramos as mesmas dificuldades. Também não pudemos resolver os problemas dos nossos Prefeitos e os problemas municipais do Paraná. Por isso, fomos inapelavelmente derrotados. Por isso fomos derrotados.

Agora estamos aqui numa situação vigilante com todo o respeito com o Governo que se instala no Paraná, fazendo votos que ele tenha em mãos os recursos que nós, lamentavelmente, nós não tivemos e não pudemos fazer mais pelo povo do Paraná.

Estamos aqui vigilantes numa posição, pelo menos da minha parte, construtiva, sem achincalhes, sem deboches, como tem se verificado aqui nesta Casa. Porque, quem diz o que quer, ouve o que não quer. E muito breve os debochadores vão começar a ouvir o que não querem.

Agora, não gostaria de usar aqui uma expressão que é repugnante para mim, que toda lagoa tem o seu esgoto. Não gostaria de usar aqui esta expressão, mas vamos ter que começar a devolver as gentilezas com que somos agraciados, por alguns felizmente, por alguns Deputados da Situação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO -- Obrigado pelo aparte Deputado

Erondy Silvério. Complementaria, não me foi possível apartear o Deputado que estava na tribuna, dizendo que uma CPI de corrupção a nível de Estado é um pleonismo administrativo, porque, hoje o Governo do Estado está nas mãos do PMDB, tem todos os meios legais para abrir quantos inquéritos administrativos ou policiais queira, e punir com demissão do Estado, com remessa dos autos à delegacia para o inquérito policial e as competentes penas que o Código Penal prevê para quem queira.

Então, não há necessidade de uma CPI desta ordem,

séria para a Oposição, que não tem acesso hoje a esses meios que dispõe o Governo Estadual.

Portanto, é uma complementação ao aparte que o Deputado Erondy Silvério faz. **(Retirado o som).**

O SR. PRESIDENTE **Trajano Bastos** — A Presidência comunica a Vossa Excelência que o tempo que lhe foi concedido está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA **(Pela ordem)** — Concedo o restante do tempo ao Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. PRESIDENTE **(Trajano Bastos)** — Está com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Sampaio, por 15 minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA **(Pela ordem)** — Solicito que conceda 10 minutos para que o Deputado Gabriel Manoel faça uso do horário também.

O SR. PRESIDENTE **(Trajano Bastos)** -- Concedo por 10 minutos.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Ontem, tenho a impressão que muitos dos Deputados aqui presentes, como também dos que assistem os trabalhos de hoje, assistiram uma entrevista no Canal 4, chamado "compromisso com a verdade" onde se apresentava o Senador Enéas Faria.

Realmente, já era tarde da noite, sintonizei a emissora, não peguei o programa desde o início, mas peguei 3/4 partes dele. E fiquei estarelecido, Srs. Deputados, pela falta de conhecimento de informações do homem que hoje representa no Senado da República, o Estado do Paraná.

O Sr. Enéas Faria, Senador da República, foi de uma infelicidade que há muito tempo não via, e não apreciei esta infelicidade sobre o prisma partidário. Apreciei a infelicidade sobre o prisma de paranaense que sou e lamentei, Srs. Deputados, profundamente, a desinformação do ilustre Senador Enéas Faria, quando perguntado foi sobre as demissões no Estado do Paraná, ele respondeu que haviam demissões sim. Que as demissões eram dos cargos em confiança que o Governo anterior tinha deixado.

Ora, Srs. Deputados, é o óbvio ululante que os cargos em comissões sejam deixados, e, por isso, chamam-se cargos de confiança para que os novos administradores os preencham. Evidentemente, a pergunta se dirigia e se destinava àquelas demissões feitas - e ainda ontem aqui abordadas - de funcionários com mais de 20 anos de trabalho, que foram sumariamente demitidos do Estado do Paraná.

O Sr. Senador disse que não tinha conhecimento desses fatos.

As frases prontas eram as mesmas de 74, que trouxeram a esta Casa, o então Deputado Enéas Faria, com uma esplendorosa votação de 80 e poucos mil votos, somente superada, agora, por este fenômeno - segundo palavras de homens do PMDB -- que foi o Deputado Ervin Bonkoski, que ultrapassou mais de 100 mil votos.

Mas, o Sr. Enéas Faria falou o seguinte: que no Paraná nada se fez nos últimos 20 anos, e que, agora, o novo Governo, o Governo da salvação nacional iria dar uma nova estrutura administrativa, para que soluções fossem dadas e que em 20 anos nada se fez.

Foi perguntado ao Sr. Senador sobre casas populares, sobre telefonia, sobre uma série de obras feitas nos últimos 20 anos no Paraná.

Ele, simplesmente, não respondeu, inclusive atacando frontalmente o ex-Governador Canet Júnior, - de quem discordamos politicamente, mas a quem reconhecemos um

Governo profícuo e de alta relevância para o povo do Paraná, com as chamadas, na época, pela Oposição de então, de “casca de ovo”, e que o Senador dizia que, hoje, são estradas intransitáveis. O Senador Enéas Faria não conhece o Paraná não tem andado por aí. As estradas, a não ser a Rodovia do Café que se encontra, hoje, em fase de concorrência, para ser recapeada e ser recolocada nos devidos “conformes” para que dê ao trânsito a sua necessária “fluabilidade”, disse que nada se fez em 20 anos.

Sobre a dívida do Paraná, foi perguntado ao Senador Enéas Faria, e ele disse que a dívida era enorme, estava falido o Estado, aquela mesma conversa que ouvíamos aqui no início dos nossos trabalhos e que, felizmente, foi calada, em função dos dados e números apresentados.

Repito, ao Sr. Enéas Faria, desta tribuna, que a dívida do Paraná é a metade do Orçamento deste ano, do Paraná, e é para ser paga em mais de 10 anos.

Foi perguntado ao Senador Enéas Faria sobre os dólares sobre os 150 milhões de dólares que foram estudados, programados, debatidos, confabulados por 2 anos pelo ex-Secretário Saul Raiz; 150 milhões de dólares para as Prefeituras do Paraná, sendo que desses milhões, sessenta e cinco por cento a fundo perdido e os demais trinta e cinco por cento para serem pagos em mais de 10 anos a juros subsidiados.

O Sr. Enéas Faria respondeu simploriamente que se esse dinheiro fosse para ser com juros baratos, que viesse, se não que deveria ser impedido, demonstrando total desconhecimento da matéria.

Gostaria, para salvaguardar o bom nome dos acertos, do trabalho patriótico feitos pelos ex-Governadores Parigot de Souza, Emílio Gomes, Canet Jr e Ney Braga, que o Paraná tem uma folha de serviços prestados à sua população, das mais relevantes.

Vou citar somente alguns exemplos aqui, para que conste nos Anais da Casa e pedirei amanhã, vou requerer à Mesa que se remeta ao Senador Enéas Faria um programa das realizações dos Governos passados, para que ele possa tomar conhecimento.

Só no problema de energia novas ligações de eletrificação rural - as médias anuais, de 72 a 78 foram de, 3.850 - ano, em 8 anos; nos últimos 4 anos, o Governador Ney Braga e Governador Hosken de Novaes, 10.488; a geração própria da Copel, passou de 1.888.000 kw, para, 3.450.000 kw; 90 novas localidades foram atendidas pela Copel, nesses 4 últimos anos.

Na vacinação preventiva, no campo da saúde, médias anuais de 72 a 78, foi de, 3.650.000; a média anual dos últimos 4 anos foi de 6.013.000 unidades.

Apoio à construção de 44 Centros Sociais Urbanos; assistência ao menor carente, de 17.984, para 43.689 - média ano.

Vou citar alguns tópicos que me ocorrem como os mais importantes:

No campo do saneamento, abastecimento de água, acréscimo de população abastecida pela Sanepar: de 241.000 média 72/78, para 363.000 média-ano 79/82; abastecimento de água, novas ligações no Estado; de 51.700 média-ano, nos últimos 8 anos, para o último quadriênio, para 71.400 ligações; esgotos sanitários, novas ligações pela Sanepar: de 2.600 média-ano, do ano a que eu me referi, 72 a 78, para 25.536; erosão urbana, municípios já atendidos através de convênios, de 50, média-ano, no mesmo período, para 105 o último quadriênio; erosão urbana - convênios - de 1.319.000.000, na média-ano do período Canet e Emílio Gomes e Parigot de Souza, para 1.998.000.000 para o último quadriênio média-ano; mais que dobramos o número de telefones públicos.

Elevação de 200, para 395, ou seja, cem por cento praticamente, de cidades com discagem direta à distância.

Redução - reservatórios de emergência na região metropolitana de Curitiba.

Pavimentação de 1.100 km. de rodovias;

Reativação do Porto de Antonina.

Estou pegando, pinçando, em função do meu horário, apenas alguns pontos que me são de maior importância.

No aspecto da Educação — em ofertas de vagas, no 1.º Grau, passados de 177.000 média-ano para 718.000 no último quadriênio; para o 2.º Grau, de 11.000 para 38.000 média-ano. Evidentemente, isto, com todos os investimentos necessários em escolas, em professores e em apoio à Educação, de um modo geral; criação de 62 colégios de 2.º grau, merenda para mais de 600.000 crianças.

Enfim, meus amigos ...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência lamenta, mas seu tempo está esgotado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço.

Amanhã complementarei, com um requerimento que pretendo apresentar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço ao Sr. Presidente e ao meu Líder, por ter me dado a oportunidade, apenas para esclarecer: analfabetos todos somos. Um menos, outros mais. Henry Ford também foi analfabeto, e quando interpelado pedindo uma reunião da grande empresa, ele disse: “Eu não tenho diploma, mas aperto um botão e estarão vinte, cinquenta intelectuais que compro com o meu dinheiro”.

Não é este o meu objetivo, apenas o meu objetivo é para dizer ao meu grande Deus: “Obrigado por ter me mandado cinco vezes para esta Assembléia, para dentro do meu saber, dentro do que não tive, porque meus pais não puderam me mandar para as escolas, pudesse trabalhar em benefício da minha terra e da minha gente”.

Leio muito a Bíblia, e há um trecho onde Jesus diz na hora em que está sendo crucificado: “Pai, perdoai os ignorantes, que não sabem o que fazem”. Não é este o meu problema, porque não quero de maneira alguma me comparar ao nosso Mestre, mas apenas para dizer aos homens que sofismam, aos homens que abusam, porque como eu não tenho diploma, Prefeitos e Vereadores que nos trouxeram para cá, também não têm diploma e quantos e quantos Deputados que aqui estão hoje, também não tiveram a felicidade de sentar nos bancos das Faculdades.

Queria dizer neste instante, quando se baixa o nível, quando a água baixa o nível, quando o nosso pensamento baixa o nível, quando a água baixa o nosso nível, quando tudo baixa o nível, o que nos espera? É a falência dos poderes que não sabem respeitar os homens que vieram para cá, não sabem respeitar os homens como nós, os humildes que não tivemos a felicidade de cursar faculdades, mas tivemos a felicidade de cursar a faculdade do povo, cinco vezes me mandaram para cá, talvez como ignorante, talvez como analfabeto e talvez com a sábia sabedoria de Salomão.

“Perdoai-os, porque eles não sabem o que dizem”, Jesus já dizia isto, em seu ensinamento. Jesus perdoou. Se Jesus perdoou, quem somos nós, humildes viventes, quem somos nós para não perdoar, Srs. Deputados, quem somos nós, Sr. Presidente, para pisotearmos nossos companheiros?

Já dizia Jesus Cristo: “Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade”. Será que existe boa vontade nos homens que sofismam, que tripudiam sobre os que não tiveram a felicidade de sentar nos bancos das faculdades? Aqui nesta Assembléia, não há 10 por cento dos que

tiveram essa felicidade. Então isto não me atinge, atinge a uma gama de homens do Paraná.

Quando se ofende, não a Gabriel Manoel, não a um Deputado ignorante que não teve a satisfação e o prazer de sentar no banco das faculdades, mas que teve a faculdade e a bondade de Deus de vir aqui por cinco vezes consecutivas para procurar ajudar o povo do Paraná. Um homem que em suas orações pede perdão e pede clemência e que Deus proteja aos que nos atingem, porque o que vem de baixo não me atinge.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência tem o aparte. Rápido, por gentileza.

O Sr. Paulo Furiatti — Nobre Deputado, considero Vossa Excelência o Líder intelectual da Bancada do PDS e entendo que, etefivamente ...

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência não tem o aparte, porque não sou intelectual. Não sou intelectual.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos).

O Sr. Gabriel Sampaio — Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Paulo Furiatti — Deixe-me concluir o raciocínio, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos).

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência não tem o aparte porque não sou intelectual. Vossa Excelência não tem gabarito de me chamar de intelectual, não sou intelectual.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos).

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Pela ordem, Sr. Presidente Trajano Bastos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Vou fazer um apelo patético a Vossa Excelência, Deputado Trajano Bastos, nesta hora, não representante do PMDB, mas ao Presidente do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Peço a Vossa Excelência que, por favor, faça um apelo aos Deputados do PMDB, para que acabem com o deboche nesta Casa.

Porque o Sr. Deputado Furiatti faz um aparte ao Deputado Gabriel Manoel, o mesmo caminho que usou. Eu faço um apelo...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel, por um minuto.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, agradeço e me perdoe se talvez eu tenha ofendido.

O Sr. Artagão de Mattos Leão — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado, Deputado Gabriel Manoel. Queríamos deixar bem claro, patente nesta sessão, que esta Liderança e toda a nossa bancada nutre pelo Deputado Gabriel Manoel um grande respeito. Um grande respeito e uma grande consideração, respeito este que não é gratuito, que Vossa Excelência conseguiu amearhar no decorrer dos anos por sua atuação nesta Casa e neste plenário.

Se alguma coisa foi levantada contra a sua pessoa, não foi

por elemento da nossa bancada. Queremos deixar claro, mais uma vez, Deputado, o nosso respeito pela sua pessoa e esperamos que com isso possamos dar um ponto final a essas discussões inúteis.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Mattos Leão, cessa tudo que da antiga musa canta. Agradeço a vocês e à Bancada do PMDB, sem exceção. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças em plenário do Sr. Claudomiro Siroti, Prefeito de Atalaia; do Sr. Mário Pock, Prefeito Municipal de Matinhos; do Sr. Suplente de Deputado, Francisco Freire; do Sr. Vereador Dobrandino da Silva e do Sr. Lucas Oliveira, Presidente do PMDB de Foz do Iguaçu; do Sr. Luiz Pereira de Souza, Presidente da Câmara de Vereadores de Tapira; do Sr. Prefeito de Tapira; Sr. Vagner Batista de Souza; do Sr. Jair Miotto, ex-Presidente do PMDB de Tapira; do Sr. Adhemar Sicuro, Prefeito de Contenda; do Sr. Alceu Saroski, Prefeito de Rio Negro; do Sr. Orlando di Anka, Prefeito de Pien; do Sr. José Antenor Dissenha, Prefeito Municipal de Tijucas do Sul e do Sr. Eloy Paschoa! Bodanesi, de Campo do Tenente.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Rubens Bueno, Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Artagão de Mattos Leão e Osvaldo Alencar Furtado, para comporem a Comissão Especial visando de antemão, o desemprego no Paraná.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, com o apoioamento de diversos Srs. Deputados, constante do expediente.— Recebida. Publique-se no Diário da Assemblêia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 140/82, de autoria do DEPUTADO LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de Utilidade Pública a “CASA DO AGASALHO”, com sede e foro em Curitiba.— Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arno Ravache, na Cidade de Nova Londrina. Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli,

constante do expediente, solicitando sejam indicados parlamentares para representarem esta Casa no XVI Congresso Nacional do S.O.S., na cidade de Bandeirantes. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de expediente ao Sr. Presidente da República, para a isenção de ICM e IPI às prefeituras que adquirirem veículos à álcool e máquinas nos moldes da isenção concedida aos taxistas do País. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de determinar a abertura de uma estrada pavimentada ligando Catanduvas com Boa Vista da Aparecida. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a inclusão do Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, Município de Campina da Lagoa — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando que seja encaminhado ofício ao Sr. Diretor da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA, para instalar um armazém graneleiro no Município de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, a sua manifestação de mais irrestrito apoio à Prefeitura Municipal de Campo Mourão, no que respeita ao atendimento das reivindicações. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando que seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, sugestão no sentido de criar um grupo de trabalho, integrado por representantes desta Casa, Técnicos Administrativos e Técnicos do Setor Financeiro, com o objetivo de estudar a viabilidade da criação da Caixa Econômica Estadual do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Araruna, consubstanciado em moção de apelo daquela edilidade ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser dada ajuda financeira àquela cidade. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de determinar o asfaltamento do terminal rodoviário e ruas adjacentes do Município de Nova Cantú. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial para representar a Assembléia Legislativa durante a realização do I Fórum de Debates da UEL. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando seja enviado voto de congratulações à ADUEL — Associação de Docentes da Universidade Estadual de Londrina, pela promoção do I Fórum de Debates da UEL. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo estudos com vistas a ser assegurado a preços populares, ingressos no grande auditório do Teatro Guaíra. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Governador do Estado, reivindicando a destinação de ônibus para o atendimento a escolares carentes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, encarecendo uma palestra na CPI de Constituição e Justiça desta Casa, apresentando sugestões para proposta da revogação do Art. 20 da Lei 7567. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, expondo os problemas enfrentados pelo setor da Construção Civil do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando envio de apelo à Secretaria de Estado da Segurança, através do Sr. Governador do Estado, para que seja reforçado o policiamento nos balneários de Matinhos e Caiobá, coibindo-se assim a atividade de marginais que ali vêm praticando inúmeros arrombamentos. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial “Demissões e Nomeações”, publicado no jornal “O Estado do Paraná” em edição de sábado. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa do editorial publicado no jornal “Gazeta do Povo”, do dia 10 de abril corrente, sob o título “Emprego e a Crise Econômica”. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do INCRA, do ITC e ACARPA, bem como ao Sr. Delegado do Ministério da Agricultura no Paraná, no sentido que tomem as providências que lhes cabem, no caso dos posseiros da Fazenda Padroeira do Brasil, localizada no Município e Comarca de Matelândia. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior e ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo a ampliação do sistema de água no Município de Missal. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo empenho e urgência na pavimentação da estrada que liga Cascavel a Boa Vista da Aparecida, passando pelas localidades de São Salvador, Rio do Salto e Juvinoópolis. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando ligação asfáltica entre os Municípios de Cascavel e Tupãssi. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, das notas emitidas nos dias 29 de março e 04 de abril próximos passados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e que tratam das relações entre profissionais de imprensa e autoridades do governo estadual. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, e do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, cobsustanciado em apelo no sentido de que após estudos efetuados pela Secretaria da Educação, a votação para a formação da lista triíplice, que irá indicar os nomes a serem escolhidos para a direção pertencentes à rede estadual de ensino. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre admissões e demissões de funcionários públicos da administração direta e indireta do Estado. — Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — (Para encaminhar)\*

Sr. Presidente, embora já tenha sido criada nesta Casa uma CPI para apurar estes fatos, mas como o assunto foi por demais debatido neste plenário e como é também, do interesse da nossa bancada que esses fatos sejam esclarecidos, porque acreditamos na legenda dos homens que compõem o Governo, a nossa bancada votará a favor deste requerimento. Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para encaminhar) Sr.

Presidente, solicito de Vossa Excelência a gentileza de que seja encaminhado a este Deputado o requerimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, motiva o requerimento que neste instante passa pelo processo de votação neste plenário, a preocupante situação em que se encontram os funcionários públicos do Paraná.

A imprensa tem registrado todos os dias, e todos os dias nós parlamentares recebemos em nossos gabinetes, em nossas casas, nas ruas por onde andamos, denúncias de demissões odiosas, marcadas pelo espírito vingativo e que na verdade não tem nada de contribuição para o Estado do Paraná, além da falta de estabilidade social na atitude do Governo, há que se considerar também o fato do Governo do Paraná estar abrindo mão deliberadamente de homens e mulheres de maior capacidade profissional, de reputação técnica inquestionável, simplesmente porque, ou não concordam com a sua ideologia política, ou não nutrem nenhuma simpatia pela pessoa dos demitidos.

E isto acontece, Srs. Parlamentares, em um momento em que o Brasil faz uma cruzada de ponta a ponta contra o desemprego.

Numa hora em que todos os governantes deste País pedem o sacrifício dos homens da indústria, do comércio, da agricultura, a fim de que não desalojem de sua atividade profissional aqueles trabalhadores assalariados que dependem daqueles que percebem ao final do mês para a sua subsistência e para sua sobrevivência.

E não faz muito tempo, o Governador deste Estado, demonstrando preocupação com o problema, reuniu no seu gabinete inúmeras pessoas, representantes de classes produtoras, representantes dos trabalhadores, homens que representam extratos da sociedade paranaense e a eles anunciou a eles, esses homens, todos que futuramente irá ao Presidente da República pedir providências contra o desemprego, como se tivesse Sua Excelência autoridade moral para pedir isso ao Presidente Figueiredo, no momento em que ele chefia um processo de demissão em massa no Estado do Paraná e de pessoas de comprovada competência.

O que se pretende com este requerimento, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, não é, como se disse ontem neste Plenário, esvaziar a CPI apresentada pela Liderança da nossa Bancada.

O que queremos, sim, é apressar uma solução para este grave problema social que hoje está afligindo a todos do Paraná, não apenas os demitidos, mas àqueles que se sentem na iminência de expectativa de uma demissão injusta.

Então, queremos saber do Governador José Richa se é seu desejo sincero combater o desemprego; se o é, que suste imediatamente as demissões, que reveja as demissões, pelo fato dessas pessoas estarem vinculadas direta ou indiretamente ao nosso Partido, é cabível, porque são pessoas com mais de 10, 15, algumas com 20 anos de trabalho.

Lanço aqui um repto ao Governador: que demita quem foi admitido com fins eleitorais, mas que respeite os profissionais de carreira deste Estado que ofereceram, já, a sua contribuição ao Paraná.

E não podemos aceitar, sob pena de sermos coniventes com uma terrível injustiça, que esse processo continue da forma como se está colocando: selecionando-se algumas pessoas, em determinadas repartições, e simplesmente dizendo que seus serviços não servem mais.

São pessoas, são funcionários regidos pela CLT.

Sabemos que não deve preceder ao ato de demissão nenhum inquérito administrativo. Mas, por analogia, nós gostaríamos que o Governador também fizesse para esses funcionários, também estabelecesse o mesmo procedimento do Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná e pudesse oferecer à opinião pública a razão nua e crua dessas demissões para que o Paraná não fique preocupado como está, nos dias de hoje.

Por isso, não creio na sinceridade do Governador José Richa, quando se preocupa com o desemprego, quando ele quer que os outros empreguem e não desempreguem, mas ele, hoje, está preocupado em desempregar, no Estado, e talvez, amanhã, já esteja preocupado em admitir aqueles que vão ocupar os lugares dos que estão saindo, injustamente.

Também visa este requerimento saber quantos funcionários públicos da administração direta e indireta foram demitidos, a partir de 15 de março do presente ano, até a data que este requerimento for respondido.

Tomara que ele não demore a ser respondido, Srs. Deputados, porque nós poderemos ter uma noção imediata de quantos já deixaram os seus cargos, como também queremos saber qual o tempo de serviço, qual o motivo, qual a qualificação profissional e qual a lotação funcional de cada um dos demitidos, por entendermos que essas informações são as mínimas que esta Casa tem o direito de saber e que o povo do Paraná precisa saber, para que possamos, inclusive, nutrir e alimentar respeito pelo Governo que o povo deste Estado elegeu no último dia 15 de novembro.

Enquanto não tivermos estas informações, estaremos aqui para cobrar do Sr. Governador, uma resposta que não será a este Deputado e nem aos Deputados do meu Partido, mas será uma resposta ao povo do Paraná, porque, como afirmo na justificativa deste requerimento, como gestor dos assuntos de interesse popular, compete ao Governo do Estado estabelecer e ser orientado por princípios que assegurem estabilidade social e condições de trabalho aos paranaenses; em alguns casos, isso é possível mediante os ditames de políticas econômico-administrativas, que atingem a todos, indistintamente; em outros, isto é possível através do atendimento a setores específicos.

Neste caso, particularmente, dos funcionários públicos paranaenses, a vontade do Governador do Estado é final e definitiva, os funcionários públicos dependem do ânimo de fazer ou deixar de fazer, do Governador José

Richa como Chefe do Poder Executivo e superior e hierárquico do seu corpo de auxiliares.

As demissões que estão ocorrendo nos diversos órgãos da Administração Pública Estadual, podem ser sustadas imediatamente, basta que o Governador do Estado o queira, querendo, dará uma resposta às suas próprias preocupações com o desemprego, anunciadas há pouco pela imprensa e que serão objeto de audiência futura com o Sr. Presidente da República; não o querendo, o Governador José Richa perde a autoridade para pedir, por exemplo, à iniciativa privada, que não demita empregados, trabalhadores, e mantenha pelo menos o atual nível de emprego.

Evitar o desemprego, Srs. Parlamentares, é tarefa de todos e para todos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência lamenta mas o tempo que lhe fora destinado está esgotado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Peço a Vossa Excelência mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta mas não poderá atendê-lo porque o Regimento Interno desta Casa é expresso em que, no Encaminhamento de Votação, o Deputado terá dez minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Apesar da liberalidade usada por Vossa Excelência em outras ocasiões.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para Encaminhar a Votação, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezzi,

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nossa bancada faz questão de aprovar o requerimento do nobre Deputado Airton Cordeiro.

Poderíamos simplesmente, usando o poder da maioria, não aprovar este requerimento, mas não é interesse apenas dos Deputados do PDS, dos Deputados do PMDB, o interesse é do povo do Paraná, de realmente saber o que efetivamente está acontecendo com as demissões que tanto tem se propalado.

Sabemos nós que, essas demissões, não estão atingindo e não estão contribuindo, como pretendem os nobres Deputados do PDS, criar até um clima de trauma social, de que estamos talvez fazendo o que o Governador de Goiás fez no primeiro dia, quando demitiu 22.000 funcionários.

As demissões do Paraná não chegaram a cem, e elas estão atingindo, Sr. Presidente, os empregos de “colarinho e gravata”, são cargos de 300, 400, 500, 700, 800 mil. É importante que o povo do Paraná saiba que, alguns órgãos deste Estado estão abarrotados de indivíduos de “colarinho e gravata”, que não comparecem às repartições, obtendo cifras astronômicas, de 700, 800 mil cruzeiros por mês e que, referidos indivíduos não têm um só emprego.

É importante, é interessante que o povo do Paraná saiba disto. E é por isto que apoiamos a iniciativa do eminente Deputado Airton Cordeiro, porque nós, da bancada do PMDB, também não vamos engolir nada embulhado. Acredito que este Governo que aí está, e que vem, pela austeridade, terá amplas razões para justificar o procedimento que está tomando. Não chegam a cem, as demissões no Estado do Paraná, são homens, digo mais uma vez, de “colarinho e gravata” que não fizeram concurso público para ganhar quase um milhão de cruzeiros por mês. E posso adiantar a esta Casa, que só na FUNDEPAR se está fazendo uma economia de 12 milhões de cruzeiros, por mês, com as demissões de apenas 20 pessoas.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não perdemos por esperar a resposta do Executivo venha, quando, efetivamente o Governo que aí está, proceder uma purificação

nos quadros de funcionários deste Estado, porque não é possível que alguém ainda no Brasil de hoje, receba tais cifras, sem ao menos entrar na repartição.

Não é possível, Sr. Presidente, que a Constituição seja achincalhada, quando ela proíbe a acumulação de cargos, e homens que, estribados em privilégios de muitos anos, hoje querem que os mesmos privilégios se tornem direitos.

Privilégio é uma coisa, direito é outra. Então, estão sendo demitidos apenas os privilegiados, porque o funcionário efetivo, diligente, capacitado e competente deste Estado, haverá de ser valorizado e prestigiado.

Por isto apoiamos o requerimento.

Queremos, acima de tudo, saber da verdade, e esta verdade haverá de vir cristalina, para que as palavras ditas aqui, para que as acusações aqui proferidas, possam ser rebatidas, evidentemente, com a verdade, só com a verdade, não como aqueles que aqui, hoje, num que é demitido porque ganha 780 mil cruzeiros, que não representa o trabalhador de salário mínimo, que está nas ruas angustiado e passando fome. Este que se hoje diz ter desemprego e que o Governo está contribuindo para o desemprego, este que está desempregado, é fruto do sistema e do modelo que foi mantido por esses mesmos homens que hoje, para defenderem um privilegiado, querem criar um clima social contra o Governo, jogando a opinião pública contra o nosso Governo.

Por isso, Sr. Presidente, poderíamos derrubar este requerimento, mas a nós, antes e acima de tudo, interessa a verdade e esta Casa tem que ser adequada e verdadeiramente informada.

Por isso, o nosso voto favorável ao requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pelas palavras do nobre Deputado Nilso Sguarezzi, Líder do Governo e do PMDB nesta Casa, mais uma vez fica cristalinamente demonstrada ao Paraná, a profunda incompatibilidade que tem o Governo José Richa com o nosso povo, a incompatibilidade com o nosso povo.

A incompatibilidade com a verdade. Esta Casa recorda ainda, quando antes da eleição, Sua Excelência o Deputado Nilso Sguarezzi, ocupava a tribuna no mês de agosto e dizia alto e bom som, não ocorrerão demissões no Paraná com a eleição de José Richa.

É um compromisso que o PMDB assume com o funcionalismo. O boato que os homens do PDS estão lançando não é verdadeiro. O PMDB que defende a estabilidade, que defende o plano-emprego, que cobra do patrão que não deixe um pai de família desempregado, o PMDB não vai com a vitória certa”, dizia ele naquela ocasião, “de José Richa promover o desemprego no Estado do Paraná”.

E hoje, Sr. Presidente, qual é o clima que se verifica nas repartições públicas? É o clima de terror, da ameaça, da discriminação, da mais carente das discriminações deste Estado, da discriminação num órgão de educação, pela deseducação. A discriminação na Secretaria da Indústria e Comércio, a discriminação na SANEPAR que é um órgão que tem levado tratamento de água, saúde a todos os recantos do Paraná, que pode fazer com que o Estado se transformasse em um órgão modelar em saneamento público e básico no Paraná.

Lá, Sr. Presidente, estão sendo exonerados, sim, não os homens que ganham 700 mil cruzeiros, porque ganhar 700 mil cruzeiros vai passar a ser um privilégio do Governo do PMDB.

Porque quantos cargos pequenos, de baixa simbologia: 15 C, 10 C, estão sendo extintos pelo Paraná a fora, para premiar o esforço dos apaniguados políticos do Sr. José Richa.

Quando, Sr. Presidente, o PMDB, que prometeu governar com a lei, está extinguindo os cargos mais baixos, do funcionalismo público, por decreto, usando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma lei que o PMDB considerou arbitrária e injusta aqui nesta Casa, quando foi aprovada a lei da Reforma Administrativa do Paraná, por sugestão do Secretário Belmiro Valverde Castor.

Quando, Sr. Presidente, o Paraná vai poder confiar e ouvir a palavra segura de um plano de trabalho ou de uma meta administrativa? Quando, Srs. Deputados, nós vamos ouvir os homens do PMDB, coerente com o seu programa partidário, propor-se a executar um programa sério em favor dos problemas do Paraná? Quando vamos poder confiar nas palavras dos homens do PMDB? Quando, Sr. Presidente, na palavra de ontem do Líder do PMDB nesta Casa, que dizia não ia haver desemprego ou na palavra de hoje, que diz que somente altos funcionários de 700 mil cruzeiros estão sendo exonerados.

Por isto, Sr. Presidente, é que o eminente Deputado Ailton Cordeiro apresentou o seu requerimento, por isso que a Bancada do PDS pede, através do apoio constitucional de seus membros, independentemente da vontade do PMDB, que veio a reboque da vontade do PDS, pede uma CPI para dizer que as degolas continuam em todos os órgãos públicos do nosso Estado.

Mas não só a degola, Sr. Presidente, também nomeações. Nomeação, por exemplo, do sogro do Secretário de Indústria e Comércio, nomeação, por exemplo, do irmão do Senador Álvaro Dias, para a CAFE DO PARANÁ. Nomeações, Sr. Presidente, que o Paraná vai saber do clima de empreguismo que vai estar sendo gerada a "democracia participativa" e familiar do PMDB neste Estado.

Ainda hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Secretário Belmiro Valverde Castor recebe um estudo do IPARDES — Fundação Edson Vieira e que diz esse estudo a respeito do desemprego, diz que no Paraná houve um empreguismo desenfreado nas administrações passadas?

Não, é a palavra do próprio Governo José Richa, de que o Paraná apresenta a menor taxa de emprego público comparativamente ao desenvolvimento dos Estados brasileiros.

Diz um documento oficial do Governo José Richa: "Essa taxa, a taxa de emprego no Paraná, do emprego direto do Governo do Estado, é considerada baixa quando comparada com os Estados do Centro-Sul.

Em Minas Gerais, releva o estudo, esta taxa alcança 10,5 por cento. No Rio de Janeiro, o Governo do PMDB, lá a taxa, Sr. Presidente, vai a 17 por cento. A diferença média percentual representa para a população economicamente ativa, como a paranaense, mais de 200 mil empregos diretos.

Está aí num documento oficial do Governo José Richa, de que não houve empreguismo no Paraná, nas últimas administrações. Mas o que dizia Sua Excelência o Governador José Richa, logo depois de assumir o Governo? É que havia 20 mil contratações no Estado do Paraná com interesses políticos. Depois ele foi à televisão e se desdisse.

A informação do professor Hosken de Novaes, homem íntegro, de bem, calou a afirmativa leviana de José Richa, do Governador José Calil Richa e o Paraná sabe que as contratações que procederam no ano de 1982, foram em razão de substituições.

Na SANEPAR, por exemplo, ocorreram contratações na medida em que um técnico saía era necessário conseguir outro técnico, para continuar o programa, para levar água tratada, para levar sistema de esgotos a centenas de

municípios do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela própria atuação do Governo José Richa, é que nós verificamos que no Paraná, hoje, há profunda incompatibilidade governamental. A incompatibilidade com a verdade; a incompatibilidade com o trabalho construtivo, a incompatibilidade com o futuro desta terra e desta gente.

Os eventuais ocupantes do Palácio Iguaçu não têm o direito de debochar com a opinião pública do nosso Estado: pregar nos palanques uma medida e adotá-la ao inverso, após a sua ascensão ao Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE — ( Adhail Sprenger Passos) Continua em votação.

O SR. RUBENS BUENO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando se quer dar aqui o tom de que essas demissões vão trazer e vão agravar o problema do desemprego no Paraná, realmente vem de encontro às palavras do Deputado Gabriel Sampaio, daqueles que querem transformar esta Casa numa ironia, ou num palco de ironia.

No Paraná, nos últimos anos, instalou-se a corrupção e nós vamos provar isso. No Paraná, nos últimos anos, instalou-se o nepotismo e vamos provar isso. No Paraná, nos últimos anos, malversou-se o dinheiro público como nunca, e quando falam em funcionários de até 20 anos que estão sendo demitidos, ironicamente, nos últimos 20 anos foram eles que governaram o Paraná.

O requerimento apresentado pelo Deputado Ailton Cordeiro, avalizado pelo Líder da Bancada Majoritária nesta Casa, o Deputado Nilso Sguarezzi, tem o intuito único de esvaziar a CPI do Líder do PDS, único objetivo. Sabemos e conhecemos, a imprensa publicou, quando o Deputado Luiz Alberto rebelou-se contra a indicação pronta do Deputado Ailton Cordeiro, para a liderança do PDS. E parece que agora o Deputado Ailton Cordeiro está dando o troco ao Líder do PDS.

Mas não é isto que quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Queria dizer do nepotismo instalado no Paraná nos últimos anos. E aí se pergunta: onde se encontrava a família Braga nos últimos anos? Muitos deles sem comparecer ao local de trabalho.

Antônio Lacerda Braga Neto, filho do General Ney Braga, além de funcionário fantasma desta Casa até pouco tempo, porque tem que bater cartão-ponto de agora em diante, é Diretor da COESA, empresa que vende equipamentos para a COPEL, cujo Departamento de Compras foi dirigido por seu irmão, Caetano Rocha Braga.

A filha do General Ney Braga, Sílvia Braga Cortes, é professora. Até há pouco tempo não lecionava. Mas, mesmo assim, ela recebia o salário como se lecionasse.

Os genros do Governador Ney Braga podem ser encontrados pela TUBONIVE, pela TELEPAR, que também eram acumulados cargos junto do Estado. Além do seu genro que até recentemente foi Secretário de Saúde no Estado do Paraná, Sr. Oscar Alves, hoje Deputado Federal.

Os irmãos do General Ney Braga, então Governador nos últimos anos, Antônio Lacerda Braga, João Lacerda Braga, Guilherme Lacerda Braga, encontravam-se até recentemente na TUBONIVE, no INOCOOP, na FUNDEPAR, e eles estão reclamando do desemprego no Paraná, que o Governador Richa quer realmente implantar a moralidade administrativa neste Estado.

Mas não são apenas funções familiares do General Ney Braga. O seu irmão, Paulo Braga e seu primo, Napoleão Braga Côrtes, sempre se dedicaram a fazer ameaças aos trabalhadores, como no caso específico dos vigilantes bancários,



cujas transportadoras real de valores de suas propriedades sempre foram ameaçados para que não participassem do sindicato da classe.

Esses dados é que comprometem a seriedade daqueles que governaram este Estado até recentemente. São dados e estão aí. São fatos públicos e notórios.

É por isto que a Liderança do nosso Partido, com muito orgulho, com satisfação, quer trazer a esta Casa tudo aquilo que tem que se informar ao público, como está a se apoiar um requerimento do PDS (coisa que o PDS não fazia até recentemente, era apoiar iniciativa do PMDB quando era minoritário nesta Casa, de trazer ao público fatos de malversação do dinheiro, de corrupção e de empreguismo no Estado do Paraná).

É por isto que não vamos nos meter em seara alheia, do problema da Liderança, que um tenta esvaziar a proposta do outro. Em absoluto. São problemas internos, da economia interna da Bancada do PDS.

De nossa parte, está de parabéns nobre Deputado Airton Cordeiro. Vamos debater aqui, neste plenário, o empreguismo praticado abusadamente nos últimos anos, principalmente pelo General Ney Braga.

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Continua em votação o requerimento do Deputado Airton Cordeiro.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de ouvir, com atenção, as palavras do dinâmico, inteligente vice-Líder da bancada peemedebista, Deputado Rubens Bueno, quando assumiu a tribuna desta Casa, não para discutir o mérito do requerimento do Sr. Deputado Airton Cordeiro, mas para ofender, ferir a idoneidade moral da família Braga no Estado do Paraná.

Quando o Deputado Rubens Bueno referiu-se à filha do ex-Governador, ex-Senador, ex-Ministro, por duas oportunidades, na Educação e na Agricultura do nosso País, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito de Curitiba, ele esqueceu de dizer que a filha do então Governador é professora por concurso público. Igualmente a esposa do Governador José Richa também é professora concursada.

E esta professora, sim, passou alguns dias, porque não chegou a ser anos, sem ensinar nas escolas do Paraná, porque fora colocada à disposição do PROVOPAR; programa criado para dar assistência ao povo desamparado. E esta mulher percorreu o Paraná inteiro porque nós temos conhecimento dos fatos, ao lado do seu esposo, Secretário dinâmico, que refez a saúde pública do Paraná, o deputado mais votado do meu Partido, Oscar Alves, que equipou, que melhorou a condição da pessoa humana que trabalha na Secretaria de Saúde; lhes dando a oportunidade para fazer cursos de sanitarista, para que o Paraná tivesse uma saúde melhorada e levada a todos os recantos deste Estado paranaense.

Mas, não se conformou o Deputado Rubens Bueno em atacar a filha do ex-Governador, o genro do ex-Governador, ele procurou também atacar, ferir, os irmãos do ex-Governador Ney Braga. É fácil atirar pedras em alguém. É fácil criticar, denegrir a personalidade, o trabalho e a idoneidade de uma pessoa humana. Mas é difícil, e o difícil ele não faz, relatar alguns trabalhos que esta família desenvolveu no meu Estado e que nunca usei desta tribuna para defender a família Braga.

Mas, no momento em que um Deputado, usando dos seus direitos, de assumir a tribuna, não discute o mérito da matéria, que está em discussão e achaca, critica, procura derrubar alguém e os seus familiares que nada têm a ver com uma administração de um cidadão qualquer. Família é intocável.

Não devemos nunca atacar as famílias de quem está em julgamento, porque governou, porque legislou, porque atuou num Estado onde foi tirado da corrupção.

Ney Braga veio a este Estado para derrubar quem lhe antecedeu, que correu neste Paraná inteiro distribuindo terras que não eram suas; que trouxe a paz para a região oeste, onde o jaguncismo, o tiroteio, o sangue era derramado no oeste paranaense; Ney Braga prometia nos palanques públicos e cumpria, levar à minha região um policiamento extensivo para acabar com os jagunços da região oeste, que deu tranqüilidade à gente oeste; deu o direito de cada cidadão pisar na sua terra, sendo proprietário do seu título, dando a segurança do seu título aos seus familiares.

Deputado Rubens Bueno, deve Vossa Excelência ser de um passado intocável; um homem correto em todas as suas ações e deve estar esquecido, Deputado. E também estamos atentos aos passos dos que criticam, dos que tentam deturpar, dos que tentam jogar lama no partido como o nosso, que nesta Casa é composto por homens de bem, que foram votados igualmente como Vossa Excelência, que representamos ponderável parcela da comunidade deste Estado e haveremos de fazer o que Vossas Excelências faziam também no passado, criticar, mas construtivamente, ninguém do PDS sequer levantou suas vozes para atacar a honra, a personalidade e o passado de José Calil Richa, Governador do Paraná.

Nós estamos sim, procurando corrigir alguns atos que em nada enobrecem, nem sequer engrandecem o Paraná que o que o elegeu com a esmagadora votação.

Quis também Vossa Excelência, Deputado Rubens Bueno, tentar inimizar os Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Airton Cordeiro. Nós, democraticamente conversamos, dialogamos, e chegou-se a uma conclusão, de livre e espontânea vontade do Deputado Airton Cordeiro, de não concorrer à Liderança do meu Partido. Não sabíamos se ele ganhava ou perdia.

O certo é que o Deputado Luiz Alberto de Oliveira recebeu a esmagadora votação de nossa bancada e condignamente a lidera, nesta Casa. E o Deputado Airton Cordeiro tem vindo a esta tribuna, tem colaborado com o Deputado Luiz Alberto, tem colaborado com esta bancada e não tentou com seu pedido de informações, esvaziar a CPI da nossa bancada.

Ele sim, quis adiantar os fatos, para que a CPI comece a trilhar um trabalho correto e concreto, porque o pedido de informações tem prazo para ser respondido, enquanto se compõe a CPI, os fatos já devem estar escritos no requerimento do Deputado Airton Cordeiro.

Mas Vossa Excelência, Deputado Rubens Bueno, deve estar já arrependido das suas pronúncias, porque fala tanto em corrupção, que nós o desafiámos, que traga corretamente um ato de corrupção com os nomes dos corruptos, porque haveremos de, ao seu lado e ao lado de sua bancada, julgá-lo em favor da justiça do nosso Estado e do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Para encaminhar) Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Infelizmente, o autor do pedido de informações, Deputado Airton Cordeiro, não se encontra em plenário.

Nesta oportunidade, queria fazer um apelo ao Deputado Airton Cordeiro: na tribuna, seus companheiros falaram em admissões feitas pelo Governador José Richa. Eu gostaria de sugerir ao Deputado Airton Cordeiro, que aditasse a esse mesmo pedido de informações e solicitasse que nessas informações também viessem as admissões feitas pelo Governador José Richa.

Com isso a nossa bancada também concorda, porque queremos que tudo aquilo que ocorre no Governo do Paraná seja feito às claras e do conhecimento de todos e não às escondidas como sempre o foram, ao tempo do PDS.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, tendo em vista que o Deputado autor do requerimento se ausentou do plenário numa falta de respeito para com esta Assembléia, peço verificação de "quorum".

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) O nobre Deputado Airton Cordeiro foi cumprir um compromisso inadiável em seu gabinete e já está de regresso a este plenário.

E já que Sua Excelência o Deputado Roberto Requião pretende a investigação da verdade, como tem afirmado nesta Casa, solicito que Sua Excelência retire o pedido de verificação de "quorum".

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Acho que podemos votar esse requerimento posteriormente, e a própria verificação de "quorum" na Assembléia, é uma das maneiras de se estabelecer a verdade regimental.

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Vossa Excelência mantém o requerimento pedindo verificação de "quorum"?

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) Requeiro a Vossa Excelência que faça a chamada nominal e faça soar as campainhas, porque muitos dos Deputados estão em seus gabinetes.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, tive oportunidade de ouvir o pronunciamento feito pelo Deputado Edmar Luiz Costa, e ainda, através do serviço de som, no meu gabinete, se não estou equivocado, o Deputado Roberto Requião. E devo dizer que não quero que nenhum Deputado desta Casa seja juiz das normas de conduta de qualquer parlamentar.

De minha parte, rechaço a tentativa, e creio que o faço também em nome de todos os companheiros do meu Partido, como, da mesma forma, nenhum Deputado do PMDB há de fazer qualquer tipo de indução ao comportamento dos parlamentares do PDS.

Continuando na minha questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Nobre Deputado, Vossa Excelência deve se ater à questão de ordem solicitada.

O SR. AIRTON CORDEIRO — É exatamente o que estamos fazendo, para não ficar nenhuma dúvida e para dizer, finalmente, que temos ciência do nosso compromisso com a Casa, e se aqui não estávamos, acidentalmente, no momento dos pronunciamentos referidos, estávamos em nosso gabinete, exercendo o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE — Nobre Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência não está formulando questão de ordem. Vossa Excelência pode usar da palavra em Explicações Pessoais.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, invoco o art. 97 do Regimento da Casa, para desmanchar qualquer dúvida. Mas concluo dizendo que os corretivos, os peemedebistas que os guardem para as suas próprias desavenças. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Convoco o Sr. 1.º Secretário para proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(Soa a campainha)

(É procedida a chamada nominal)

20 Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

Não há "quorum" para votação da matéria, havendo, no entanto, para prosseguimento da sessão.

Não havendo mais matéria para votação ...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, encaminhei a Vossa Excelência por escrito, nos termos regimentais, uma solicitação no sentido de que Vossa Excelência acolha, como membros da CPI da Demissão do Funcionalismo Público Estadual, do Governo do PMDB, os nomes dos eminentes Deputados Tércio Albuquerque e Gabriel Sampaio.

Solicito que Vossa Excelência encaminhe-o ao Departamento Legislativo, a fim de que possa ser instalada a CPI da perseguição no Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Esta Mesa acolhe a indicação da Liderança do PDS e apõe o seguinte despacho:

"Despache-se ao Departamento Legislativo, para anotar".

Esta Presidência registra as presenças neste plenário, dos Srs. Dr. Dilson Montenegro, Prefeito da Lapa, do Sr. Anatólio Lispinski, Prefeito de Quitandinha, do Sr. Homero Grein, Vice-Prefeito de Campo do Tenente e Arnoldo Schmidt, Vice-Prefeito da Lapa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140/82 marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 15, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/83

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO TÉRCIO ALBUQUERQUE EM SESSÃO DO DIA 13 DE ABRIL DE 1983.

#### "DEMISSÕES E NOMEAÇÕES

O Deputado Erondy Silvério, ex-Líder do PDS na Assembléia Legislativa, afirmou que José Richa ainda não começou a governar o Paraná.

Infelizmente o Parlamentar tem razão. Até agora nada que se pareça com administrar foi feito, salvo algumas providências em áreas isoladas, como as tomadas pelo Secretário da Justiça em relação aos problemas penitenciários.

Lamentavelmente o que se tem assistido é exatamente desgovernar, pois a despeito de erros que seguramente foram praticados pela administração anterior, havia uma rota sendo seguida, e que ao se encerrar o mandato de Hosken de Novaes, tinha impulso ainda para ganhar espaços.

Esse impulso foi retido, já na posse do novo governador, e o que se vem assistindo é um trabalho insano para demolir, destruindo idéias, conceitos e até mesmo pessoas.

A justificativa de demissão de servidores, só pelo fato de não serem filiados, apaniguados ou simpatizantes dos

novos mandantes, leva à absurda hipótese de que cada governo que assumisse deveria demitir todo o quadro de funcionários e só admitir mediante a apresentação de atestado ideológico e cópia fiel da inscrição partidária. Hipótese absurda, porém praticada em algumas ditaduras comunistas.

Nos governos passados, inclusive no de Ney Braga, nada semelhante assistimos. Mesmo durante a acirrada campanha eleitoral que levou Richa ao poder, poder-se-ia encontrar em todos os gabinetes e repartições públicas, filiados do PMDB, pessoas integradas na campanha da oposição e simpatizantes de candidatos oposicionistas. Não se tem conhecimento de que tenham sido, de alguma forma, molestados por isto.

É compreensível que o governo peemedebista se esforce por destruir a imagem da administração anterior, desde que não atingindo instituições caras ao Paraná, ou reputações justamente conquistadas. O que está ocorrendo, entretanto, é a permanente preocupação em destruir a imagem de organismos paranaenses, com o objetivo exclusivo de atingir adversários políticos.

As demissões, que se dizia iriam atingir a 20 mil servidores, ainda não chegaram a esse número assustador. Mas prosseguem e se já são grandes em número, são gigantescas em desumanidade, falta de respeito à criatura humana e motivos vis.

A chamada reforma administrativa está se transformando num pretexto para substituir servidores públicos, alguns com muitos anos de serviço, por apaniguados políticos.

Estarrecido, o Paraná tem assistido à demissão pura e simples de homens com vários anos de serviço, alguns empregados do Estado há 15, 20 ou mais anos.

Servidores públicos com tantos anos de trabalho não podem ser inculcados pelo fato de os homens que hoje integram o PMDB terem estado fora do poder por tanto tempo. São funcionários e não políticos e suas preferências eleitorais são um direito que não se pode negar, tanto mais quando se está em um período de abertura democrática.

Nos governos passados, ocupavam cargos públicos, estatutários ou no regime da CLT, servidores simpáticos ou não, politicamente aos governantes, e mais do que isto, até ocupantes de funções de confiança que se posicionavam favoráveis à oposição. Mesmo assim foram mantidos nos cargos, mercê de sua capacidade ou da incapacidade de administradores de então, de se tomarem por deploráveis sentimentos de vingança.

Hoje o que se assiste, é não só o absoluto desprezo por pais de família, que são colocados no olho da rua sem nenhum tipo de consideração. E, em muitos casos, as demissões sumárias nem se prendem a posicionamentos políticos dos demitidos, mas ao interesse inconfessável de atender à política de emprego.

Sobram razões, pois, ao Deputado Erondy Silvério, quando diz que José Richa ainda não começou a governar. Falta entretanto, no seu oportuno pronunciamento, dizer que efetivamente vem acontecendo no Paraná o que previmos, em editorial passado. Dissemos então que o que estava sendo proposto pelo novo governo, não era exatamente uma reforma, mas sim, uma demolição. E esta é uma demolição sem complacência, sem competência e sem pudores.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ERVIN BONKOSKI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE ABRIL DE 1.983.**

#### “EMPREGO E A CRISE ECONÔMICA”

A face mais dramaticamente dolorosa da depressão que nos atinge é o desemprego. E do subemprego, também.

Mas, quem proporciona emprego? As empresas comerciais, industriais e a agricultura geram 80 por cento, enquanto que o Poder Público responde por cerca de 20 por cento. Ora, se existem desempregados, a culpa cabe aos empresários, afinal de contas responsáveis pelo próprio desenvolvimento da economia. Esse raciocínio é absolutamente correto, até o instante em que se permanece na epiderme do problema. Um pouco mais a fundo e todos concordarão que os empresários e, conseqüentemente, os trabalhadores, estão envolvidos por um “modelo” que não estimula a criação de novas empresas, não facilita suas existências (a não ser a das multinacionais), que onera as firmas com impostos, com a criação de “contribuições” do tipo “Finsocial” em meio a um exercício fiscal, que não ampara as pequenas estruturas empresariais, que não concede “capital de giro”, que não irriga financeiramente as organizações empresariais voltadas para atender ao mercado interno, que não estimula a reinversão dos lucros criando, ao revés, excepcionais condições para uma “poupança” que não é dirigida para a produção que atenda ao consumidor brasileiro e assim por diante.

O que se viu em São Paulo foi um consenso em torno de críticas à tecnocracia econômico-financeira de Brasília. Exculpou-se o governo Montoro. Transferiu-se para a Capital da República toda a ira de quantos estão desempregados e, também, do próprio empresariado.

Serviu a lição paulista. Arma-se, nacionalmente, a grande discussão sobre o problema da crise e do desemprego. E nesta equação começam a surgir horizontes de idéias visando minimizar o ponto mais dramático da situação que hoje nos atinge. Um deles, por exemplo, se refere ao ponto focal dessa situação: as empresas são as grandes geradoras de emprego. Se elas estão mal não é, absolutamente, por mau gerenciamento, por mordomias, por ausência de escrúpulos dos empresários. Eles estão — como os trabalhadores — “apertando o cinto” e assistindo seus títulos irem para o “protesto”, muitos dos quais resvalando pelo despenhadeiro da insolvência. Fechadas as firmas, o empregado está na rua, despedindo e engrossando a fileira dos desesperados em busca de trabalho. Assim, é importante que se estudem para melhorar o perfil da área responsável pelo maior percentual de geração de trabalho. Mas, como se poderá fazer isto?

A “folha de pagamento” de uma firma é, virtualmente, duplicada pelos chamados “encargos sociais”. Existe um leque imenso desses “encargos”, quase todos direcionados para instituições governamentais. Assim, quando uma empresa contrata um trabalhador, na verdade está assumindo obrigações, praticamente do mesmo valor do salário que paga ao operário. Hoje, um empresário sabe muito bem que uma das barreiras que tem que examinar, cuidadosamente, é a dos “encargos sociais” que afora essas obrigações ele é crivado por impostos, taxas, “contribuições” e o pagamento de tarifas de serviços públicos (luz, água, telefone, etc) que se elevam, percentualmente, numa rapidez atemorizante. Além disto, tem o “risco do negócio” num quadro de crise onde o consumo tem sido mofino e precário. Prefere, muito mais tranqüilamente, vender tudo e empregar na poupança, o que lhe significa liberdade e desgaste das responsabilidades, do próprio trabalho, dos perigos de roubo, da “folha de encargos”, das reclamações trabalhistas, das incertezas e assim por diante.

Não é o governo quem dá emprego. É a empresa particular. Se ela vai mal isto se deve a um “modelo” voltado — preponderantemente — para o mercado externo, quando se deveria pensar em reaquecer a economia, aumentar a procura de bens, produzir mais, vender mais, aliviar a empresa brasileira, “tirando o governo de suas costas” para que

se pudesse ter mais oferta de empregos no mercado, com o que se aumentaria, conseqüentemente, o consumo entre nossa gente, que passaria a ter mais trabalho. Felizmente, os episódios de São Paulo estão trazendo ao debate nacional os

temas do desemprego e da crise. É possível que dessa imensa discussão por parte da sociedade, venhamos a encontrar maneiras para sair da triste e lamentável realidade em que nos encontramos.